



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO
CURSO DE PEDAGOGIA

Nina Dias da Cruz

Infância e migração internacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Florianópolis (SC)

2025

Nina Dias da Cruz

Infância e migração internacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado para Nina Dias da Cruz
Orientador(a): Profa. Dra. Soraya Franzoni Conde

Florianópolis (SC)

2025

Cruz, Nina

Infância e migração internacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis /Nina Cruz ; orientador, Soraya Conde, 2025.

89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. imigração infantil. 4. educação infantil. I. Conde, Soraya. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Nina Dias da Cruz

Infância e migração internacional na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de graduado e aprovado em sua forma final pelo Curso Pedagogia.

UFSC, 26 de junho de 2025.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)
Orientador(a)

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)
Instituição [nome da instituição]

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)
Instituição [nome da instituição]

Florianópolis (SC), 2025

Dedico esse trabalho a todas as crianças que se encontram entrelaçadas nos movimentos migratórios oriundos dessa sociedade capitalista.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais pelo apoio e pela motivação durante todos esses anos em que fui estudante no curso de Pedagogia da UFSC. Agradeço às minhas irmãs que também foram alunas da UFSC e que me motivaram a seguir em frente, por mais que às vezes, a vontade fosse de dar um tempo. Aos conselhos, às conversas, às risadas e às lágrimas. Agradeço a minha família imensamente, sem eles a vida não seria a mesma.

Gostaria de agradecer aos meus queridos melhores amigos, Mariah e Paulo. Eles deram significado maior ao que a pedagogia significa para mim e como levarei ela para a minha vida. Por todas as aulas, pelos trabalhos em trio, pelos textos escritos, pelos cafezinhos, pelos docinhos e almoços no RU. Por todas as risadas de doer a barriga, pelas trocas e pelos sorrisos. Foi e é um presente ter vocês como companheiros de curso e de vida.

Ao meu querido namorado, agradeço pelo apoio e por estar sempre comigo, independente do momento. Obrigada por me motivar a estudar coisas novas, por ter me dado O Capital I, por escutar minhas indignações, minhas ideias e por mostrar tanto interesse em saber o que eu estava pensando.

Gostaria de agradecer ao grupo de pesquisa TMT pelos anos de parceria, pelo acolhimento e pelas trocas que tanto enriqueceram a minha jornada como graduanda de Pedagogia. Todos os integrantes do grupo estão presentes neste Trabalho de Conclusão de curso.

Gostaria de agradecer a professora Soraya por ter me feito ver o mundo da pesquisa acadêmica com outros olhos e por ter me apresentado a tantas coisas e pessoas maravilhosas. Agradeço pela parceria como minha orientadora durante os meus anos como bolsista PIBIC e também por ter sido a orientadora deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as professoras e professores do curso de Pedagogia por terem compartilhado tanto conhecimento e por terem feito parte da minha formação como pedagoga.

Eu fico com a pureza da resposta das crianças.

- Gonzaguinha

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como principal objetivo refletir sobre a infância e a migração internacional a partir de produções acadêmicas brasileiras, a partir de dados da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e de outras fontes oficiais de dados sobre o fenômeno nacional e global. Foi realizada uma análise sobre os dados das matrículas de crianças imigrantes na educação infantil da rede pública de ensino de Florianópolis e uma análise bibliográfica de 13 artigos produzidos entre 2017 e 2024, a partir dos descritores: imigração; criança; educação infantil. Parte dos dados coletados compõe a pesquisa do Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho (TMT) intitulada “Educação escolar, reprodução da classe trabalhadora e transformações no mundo do trabalho”, a qual participamos como bolsista PIBIC/UFSC. O trabalho se ancora no materialismo histórico-dialético para entender os movimentos migratórios, sejam estes internos ou externos, como um fenômeno social, resultado de desigualdades estruturais do sistema capitalista. As principais referências bibliográficas utilizadas foram Nascimento e Moraes (2020; 2021), Melo (2021), Norões (2021), Conde e Alcubierre (2018; 2023), Azevedo e Amaral (2018; 2024), Santiago (2022), Silva (2022), Peroza e Santos (2021), Daniel e Moro (2022), Grajzer e Schlindwein (2023), Conde (2021) e Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021; 2022; 2024). Foi possível concluir que as crianças imigrantes estão presentes nos movimentos migratórios internacionais, porém pouco são representadas nos relatórios oficiais. A presença dessas crianças dentro das instituições de educação infantil da rede pública do país e na cidade de Florianópolis, de acordo com os dados da PMF/SME e de relatórios do governo tem aumentado substancialmente nos últimos anos. Esse tema tem sido cada vez mais abordado nas pesquisas acadêmicas e os autores e autoras trazem as seguintes considerações: concepção de criança e infância; a invisibilidade da criança imigrante nos dados; o papel da escola e do(a) professor(a); o acolhimento e a inserção das crianças imigrantes em ambientes escolares; a cultura como algo central na vida das crianças imigrantes; dificuldades relacionadas à língua e a comunicação; racismo; xenofobia; preconceitos e outras violências; políticas públicas; formação de professores(as) e baixa produção de pesquisas.

Palavras-chave: imigração, criança, infância, educação infantil, escola.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis aims to reflect on childhood and international migration through the lens of Brazilian academic literature and data from the Municipal Education Network of Florianópolis, as well as other official national and global sources on the phenomenon. The research also includes an analysis of enrollment data for immigrant children in early childhood education within the public school system of Florianópolis, along with a bibliographic review of 13 articles published between 2017 and 2024, based on the following descriptors: immigration; child; early childhood education. The data collected are part of the research conducted by the Center for Studies on the Transformations of the World of Work (TMT), titled “School Education, Reproduction of the Working Class, and Transformations in the World of Work,” in which we participated as PIBIC/UFSC scholarship holders. This study is grounded in historical-dialectical materialism in order to understand migratory movements—both internal and international—as social phenomena resulting from the structural inequalities inherent in the capitalist system. The main bibliographic references used include Nascimento and Morais (2020; 2021), Melo (2021), Norões (2021), Conde and Alcubierre (2018; 2023), Azevedo and Amaral (2018; 2024), Santiago (2022), Silva (2022), Peroza and Santos (2021), Daniel and Moro (2022), Grajzer and Schlindwein (2023), Conde (2021), and Cavalcanti, Oliveira, and Silva (2021; 2022; 2024). In conclusion, it is evident that immigrant children are indeed present within international migratory movements; however, they are rarely represented in official reports. According to data from the Municipal Government of Florianópolis (PMF/SME) and government reports, the presence of these children in public early childhood education institutions—both nationally and in the city of Florianópolis—has increased in recent years. This topic has gained growing attention in academic research, and the authors highlight several key considerations: conceptions of childhood and the child; the invisibility of immigrant children in data; the role of schools and teachers; the reception and integration of immigrant children into school environments; culture as a central element in the lives of immigrant children; language and communication barriers; racism; xenophobia; prejudice and other forms of violence; public policy; teacher training; and the limited volume of existing research.

Keywords: immigration, child, childhood, early childhood education, school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pintura de Portinari, “Os retirantes”, 1944.

Figura 2 - Foto de pessoas na travessia da selva de Darien, UNICEF, 2023.

Figura 3 - Imagem do Migration Data Portal sobre a migração infantil, 2020.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de registros de crianças e adolescentes imigrantes residentes, por ano de registro, segundo faixa etária - Brasil, 2011 a 2022

Gráfico 2 - Países de nascimento com maior número de registros de crianças e adolescentes imigrantes residentes de 0 a 18 anos, por ano de registro - Brasil, 2011 a 2022

Gráfico 3 - Número de matrículas nos três segmentos do Ensino Básico de crianças e adolescentes imigrantes matriculados, por ano - Brasil, (2011-2020)

Gráfico 4 - Número de estudantes latino-americanos da educação básica no Sul

Gráfico 5 - Número de estudantes imigrantes por município na educação básica no sul

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de imigrantes por sexo por etapa da educação em 2010 e 2020

Tabela 2 - Número de estudantes do Norte Global na educação básica do Sul

Tabela 3 - Número de estudantes latino-americanos na educação básica do Sul

Tabela 4 - Número de estudantes por município na educação básica do Sul

Tabela 5 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública de Florianópolis - 2025

Tabela 6 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública na região do Centro de Florianópolis - 2025

Tabela 7 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública na região do Continente em Florianópolis - 2025

Tabela 8 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública da região Leste de Florianópolis - 2025

Tabela 9 - Número de estudantes por nacionalidade da educação infantil da rede pública da região Norte de Florianópolis - 2025

Tabela 10 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública da região Oeste de Florianópolis - 2025.

Tabela 11 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública da região Sul de Florianópolis - 2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
NEIM	Núcleos de Educação Infantil Municipal
TMT	Grupo Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Infância marcada pela migração	19
CAPÍTULO 1 - Movimentos migratórios internacionais	21
1.1 As crianças e a migração	29
1.2 Crianças imigrantes na Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Florianópolis	38
1.3 A situação atual do refúgio infantil	48
CAPÍTULO 2 - Uma análise bibliográfica das produções acadêmicas sobre educação e a migração infantil internacional	50
2.1 A imigração na formação social do Brasil	53
2.2 Concepção de criança e de infância	56
2.3 A criança imigrante como sujeito ativo	58
2.4 A invisibilidade da criança imigrante nos dados	60
2.5 O papel da escola e do(a) professor(a)	61
2.6 O acolhimento e a inserção de crianças imigrantes em ambientes escolares	66
2.7 A cultura como central na vida das crianças imigrantes	69
2.8 As dificuldades relacionadas à língua como principal meio de comunicação	71
2.9 A presença do racismo, da xenofobia, dos preconceitos e outras violências	72
2.10 O poder público e a formação de professores(as) como ferramental central	76
2.11 Baixa produção de pesquisas acadêmicas sobre a infância imigrante	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso, é refletir sobre a infância e a migração internacional a partir das produções acadêmicas brasileiras.

Este trabalho foi elaborado com parte dos dados sobre o fenômeno das migrações que compõe a pesquisa “Educação escolar, reprodução da classe trabalhadora e transformações no mundo do trabalho”, do Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho que participamos durante dois ciclos como participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e após o encerramento deste.

O fenômeno da imigração internacional está na pauta do dia. Cada vez mais presente em nossas vidas, são comuns os relatos sobre os dilemas envolvidos no ato de migrar por meio de jornais impressos, televisivos ou digitais, noticiários, documentários, filmes. As movimentações humanas ou migrações, sejam estas forçadas ou não, têm se tornado muito recorrentes e, de certa forma, naturalizadas. Milhares de pessoas se veem obrigadas a deixarem seus lares e suas famílias em busca de uma vida melhor. Uma massa de trabalhadores sai de suas casas, de seus países, em busca de uma vida digna. São muitos os casos de trabalhadores imigrantes que são submetidos a condições de trabalho extremamente precárias e em alguns casos os trabalhos são análogos a escravidão. Conde (2021), em sua pesquisa realizada nos Estados Unidos, traz relatos de trabalhadores imigrantes que estavam sem receber seus salários e que

“[...] manifestaram preocupação, pois eram imigrantes sem documentos, em situação ilegal e não podiam reclamar, por causa do risco de deportação, reafirmando a ideia da classe trabalhadora migrante constituir o atual cheap labour e o Exército Industrial de Reserva de que falava Marx (2017)” (Conde, Alcubierre, 2023, pág. 14).

Não podemos deixar de mencionar que há uma diferença determinada pela origem e pela classe social do/a imigrante em relação aos motivos que o/a leva a migrar. Há aqueles que precisam encontrar um emprego para garantir a sobrevivência familiar, os que escapam da seca, da fome, da violência, da guerra, da perseguição. Há ainda, imigrantes que, tendo condições econômicas favoráveis, migram para locais paradisíacos e calmos em busca de melhor qualidade de vida. Ambas as situações, dos que migram para trabalhar e lutar por uma vida melhor ou dos que migram em busca de um lugar mais calmo e qualitativo para viver, são comuns em Florianópolis, cidade onde realizamos esta pesquisa. Entretanto, nosso trabalho tem um recorte de classe e, portanto, busca abordar a relação entre migração e a educação infantil dos filhos/as da classe trabalhadora.

Entre os imigrantes internacionais, encontramos aqueles que fogem dos terrores das balas, das bombas e, por entre os escombros, dão as mãos aos seus filhos ensanguentados e, com a pouca vida que ainda lhes resta, correm do lugar onde já chamaram de casa. Muitas vezes, fazem isso a sós, correndo com uma multidão de rostos desconhecidos depois de deixar o corpo de seu filho, ou de seu pai, sua mãe, seu melhor amigo. Rostos desconhecidos que possuem a mesma expressão de horror. Como não falar sobre isso se no momento vivemos entre guerras e massacres, assassinatos e genocídios televisionados? Os gritos por socorro e por vida, por mais que sejam muitas vezes abafados pelo sensacionalismo da mídia, nos penetram a alma e se prendem em nossas próprias gargantas, nos dificultando a respiração por mais que nem saibamos da onde vem tamanho desconforto. A foto de uma criança morta por uma bomba vira mais uma notícia banal e cotidiana que aparece nas matérias todas as semanas. Ver e viver isso vira rotina para muita gente que acaba buscando refúgio em outros países e/ou localidades.

Neste trabalho, estaremos falando sobre imigrantes internacionais, portanto, são pessoas que migram entre países. É importante destacar as diferenças entre um migrante e um imigrante. Uma pessoa imigrante é aquela que realiza migrações, sejam estas dentro do seu país de origem ou fora deste. Uma pessoa imigrante internacional é aquela que migra internacionalmente, portanto, ela sai de seu país de origem e vai para outro país para residir.

Há especificidades e diferenças entre pessoas que são consideradas imigrantes e refugiadas. Para a ACNUR, os imigrantes são aqueles que “[...] escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões” (ACNUR, 2015). Já os refugiados são pessoas que se veem obrigadas a saírem de seu país de origem por conta de situações extremas, como guerras, perseguição política e religiosa, violação dos direitos humanos, etc, consequências diretas do sistema capitalista. São consideradas pessoas em busca de refúgio aquelas que estão fugindo de ambiente e situações perigosas e

Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um ‘refugiado’ reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações. São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de refúgio em algum outro lugar. (ACNUR, 2015)

Portanto, todo refugiado é um imigrante, visto que este migra para outro lugar, mas nem todo imigrante é um refugiado. A diferença entre essas pessoas, de maneira muito

resumida, é a possibilidade da escolha. Há muitas polêmicas sobre a possibilidade de escolha. Essa definição da ACNUR acaba por escamotear/ esconder os motivos reais da migração.. Neste sentido, qual a possibilidade de escolha diante da fome?

Essas diferentes formas e motivações para o ato de migrar expressam que essas movimentações humanas nunca são espontâneas ou aleatórias, mas sempre refletem buscas em direção à satisfação de necessidades, sejam oriundas do estômago ou da fantasia (MARX, 2007). Embora a migração atualmente apareça como uma decisão individual e corajosa, ao compreendê-la no bojo das relações sociais, percebemos que a migração é socialmente produzida. O papel do trabalho, para uma grande parcela da população é de garantir a vida, portanto, “[...] para além das aparências discursivas da livre circulação e escolha dos indivíduos, o trabalho e a busca por um salário maior se apresentam como fatores condicionantes/condicionados e comuns nesses deslocamentos. Desta forma, o desejo subjetivo carrega em si, a materialidade objetiva de vida e o anseio de ter um trabalho que garanta, minimamente, a reprodução social da vida familiar.” (CONDE; ALCUBIERRE; 2018, pág. 360)

O sistema capitalista, assim como precisa das desigualdades para sobreviver, necessita que essas migrações ocorram, visto que, normalmente, se resultam numa massa de trabalhadores deslocados de suas origens e muitas vezes indocumentados, produzem, portanto, sujeitos disponíveis de serem explorados de forma barata. Neste sentido, as migrações são pautadas por “Estereótipos neodarwinistas, racistas e xenófobos, que envolvem o problema da cultura, servem de justificativa para o pagamento dos piores salários e as péssimas condições de vida.” (CONDE, ALCUBIERRE, 2023, pág. 4) De acordo com as autoras

30% dos casos de discriminação e violência no trabalho em Santa Catarina são contra haitianos e africanos recém-chegados ao país em busca de trabalho e melhores condições de vida. Há inúmeras denúncias de que recebem tratamento semelhante ao escravo, são violentados, agredidos, desrespeitados, ganham menores salários para as mesmas tarefas desempenhadas por brasileiros, não recebem direitos acordados e são cotidianamente responsabilizados por problemas no trabalho e por espalharem doenças entre os brancos. (Conde, Alcubierre, 2023, p.4).

Os imigrantes do Haiti que chegam em Florianópolis, por exemplo, na maioria das vezes, ocupam cargos como repositores de mercadoria nos supermercados, assim como caixas e outras atividades precarizadas e consideradas simples e de menor importância para a sociedade brasileira. Na procura de uma vida melhor, essas pessoas migram para o Brasil à

procura de qualquer trabalho que, minimamente, garantam a sua reprodução, bem como a de suas famílias. Ao chegarem aqui, as condições reais de vida se mostram completamente diferentes daquilo que foi imaginado ou propagandeado sobre o local de destino – no caso Florianópolis, SC.

Infância marcada pela migração

As crianças, assim como os adultos, são sujeitos que migram. Estão presentes nos movimentos migratórios, nacionais e internacionais, e compõem os trajetos percorridos por tantos. São obrigadas a deixarem para trás familiares, amigos e amigas, brincadeiras, escolas. Sofrem por conta das mudanças, por conta das novidades que, nem sempre, são boas. São inseridas em um mundo onde muitas pessoas não a compreendem e as palavras faladas pelos estranhos não fazem sentido. Frequentam espaços onde não se reconhecem e onde não são reconhecidas. De acordo com dados da UNICEF, de 2023, uma em cada quatro pessoas em movimento na América Latina e no Caribe é criança, a maior proporção no mundo (UNICEF, 2023). Portanto, crianças estão e se fazem presentes no contexto da imigração ao Brasil e não podemos inviabilizá-las ao falarmos sobre esse fenômeno. Compreendemos que “É preciso atentar que a experiência da migração não é apenas dos adultos, mas as crianças também migram e sofrem os desafios relacionados ao ter que partir e enfrentar algo novo” (ALCUBIERRE, 2017, pág. 46).

Consideramos importante situar, em relação à imigração e o refúgio infantil no Brasil, a fim de ver não somente a quantidade de crianças que aqui chegam, mas também ver se elas aparecem nos relatórios do governo. Para isso, realizamos um levantamento de dados especificamente sobre crianças imigrantes e educação que foi difícil de ser realizado pois, como dito no Relatório Anual de 2022 do OBMigra “[...] há uma limitação de dados estatísticos sobre as crianças imigrantes e refugiadas no país, em geral e particularmente, faltam dados referentes à inserção escolar, atendimentos e cuidados com relação à saúde dessas crianças em níveis estaduais e municipais” (OBMigra, 2022). Portanto, encontramos poucas informações, visto que a maioria dos relatórios do ACNUR e OBMIGRA acabam por focar mais na imigração adulta, principalmente em relação aos refugiados.

Na medida em que avançamos na origem e nas relações sociais que determinam as migrações, temos dificuldade em classificar migrações forçadas e espontâneas. Todas têm motivos sociais, políticos, coletivos e econômicos. Devemos considerar também que muitas

dessas pessoas que migram, principalmente as mulheres, estão acompanhadas de seus filhos e filhas, colocando a população infantil migrante como uma categoria a ser analisada.

A partir do levantamento de dados realizado no Projeto de Pesquisa do TMT da na pesquisa “Educação escolar, reprodução da classe trabalhadora e transformações no mundo do trabalho” , cujo objetivo é analisar as atuais transformações no mundo do trabalho e que interferem e influenciam diretamente na educação e na reprodução social de famílias da classe trabalhadora, foi destacado o fato de que, entre os anos de 2010 e 2020, o número de matrículas de crianças e jovens imigrantes aumentou 195%, com uma mudança mais significativa em relação às matrículas no Ensino Fundamental.

O aumento da presença da infância imigrante é vista quando analisamos os dados sobre o registro de crianças e adolescentes imigrantes no Brasil. Em 2011 foram registradas 9.322 crianças e adolescentes imigrantes, já em 2022 esse número salta e atinge 66.031 registros. Entre 2011 e 2019 há predominância do grupo de adolescentes, já entre 2020 e 2022, o volume maior concentra-se em crianças na primeira infância (0 a 6 anos). Esse aumento fica evidente quando conferimos as matrículas nas escolas públicas brasileiras, visto que em 2010 na educação infantil havia um total de 7.311 crianças imigrantes matriculadas, número que teve um considerável crescimento, chegando a 18.007 crianças em 2020 (Idem.).

A ausência de dados específicos sobre a situação da infância imigrante e refugiada no Brasil, evidencia a importância de compreendermos como esse fenômeno vem sendo retratado pela academia brasileira: o que as pesquisas mostram, denunciam e/ou problematizam sobre a situação da infância imigrante e refugiada no Brasil? Quais pesquisas foram feitas, quem pesquisou, onde, como, quando?

A partir de uma pesquisa bibliográfica mapeamos 12 artigos, retirados de plataformas como *Scielo* e Google Acadêmico, com os descritores: refugiados no Brasil; educação infantil; imigração, infância. Foi criada uma tabela com todos esses artigos e o objetivo é analisar os artigos selecionados tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético.

O trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro, tratamos da atualidade do fenômeno migratório internacional e do refúgio por meio de um levantamento e de uma descrição crítico-analítica dos dados sobre a imigração e o refúgio em relação à educação e à infância. No segundo capítulo tratamos da análise da produção acadêmica, buscando perceber quais pesquisas foram produzidas, principais metodologias, referenciais teóricos e resultados. Por último, tratamos das considerações finais onde destacamos a forte presença das crianças nos movimentos migratórios, mas que, de forma contraditória, os dados disponibilizados são

poucos e são apresentados de maneira simples e resumida. Destacamos também, a partir de dados coletados junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis sobre as matrículas na educação infantil, que a existência expressiva de crianças imigrantes é uma realidade em Florianópolis.

No capítulo 2, analisamos 12 artigos sobre a imigração infantil e a educação infantil e destacamos as principais considerações dos autores e das autoras. Destacamos que os principais assuntos discutidos por estes em relação à educação de crianças imigrantes foram: concepção de criança e infância; a invisibilidade da criança imigrante nos dados; o papel da escola e do(a) professor(a); o acolhimento e a inserção das crianças imigrantes em ambientes escolares; a cultura como algo central na vida das crianças imigrantes; dificuldades relacionadas à língua e a comunicação; racismo; xenofobia; preconceitos e outras violências; políticas públicas; formação de professores(as) e baixa produção de pesquisas.

CAPÍTULO 1 - Movimentos migratórios internacionais

A migração é milenar, reconhecida em diversos momentos da história da humanidade. O ser humano, antes nômade, mantinha a sua vida a partir do movimento, migrando conforme as suas necessidades básicas exigiam. Conforme essa movimentação, fomos nos assentando em diferentes lugares pelo mundo. As migrações, internas ou externas, fizeram parte do povoamento da Terra, que se constituíam também através de conflitos entre diferentes povos. No decorrer dos séculos, a migração continuou fazendo parte da vida humana, seja esta voluntária por diversos motivos, ou involuntária, como aconteceu com as pessoas escravizadas obrigadas a migrarem e com as pessoas que fugiam de conflitos violentos ou perseguições. Com o capitalismo e a globalização, a imigração se tornou uma ferramenta importante para manter o sistema econômico vivo e funcionando. Considerando isso, não é surpresa nenhuma que, na era moderna, um dos principais motivos da migração é a busca pelo trabalho e por uma vida melhor. Portanto, compreende-se que “A migração é a expressão de um processo social e familiar de luta por melhores condições de vida e sobrevivência, bem como das crises capitalistas criadoras de uma massa de trabalhadores sobrantes, que perambula em busca de melhores condições de vida e de trabalho” (Conde; Alcubierre, 2023, p. 17). Atualmente, estima-se que existam cerca de 281 milhões de imigrantes internacionais no mundo todo. Equivalente a 3,6% da população mundial, grande parte dessa população migra por conta do trabalho (OIM, 2024).

Nos últimos dez anos, o número de imigrantes que vieram ao Brasil cresceu consideravelmente, visto que em 2013 o país recebeu 105.094 solicitações de residência e em 2022 esse número já tinha ultrapassado 1,2 milhão de solicitações, sendo as principais nacionalidades: venezuelanos, haitianos, argentinos e colombianos (OBMigra, 2021). Mais recentemente, em um período de dois anos, entre 2022 e julho de 2024, 62,3 milhões de pessoas se movimentaram pelas fronteiras brasileiras e as nacionalidades se mantiveram as mesmas, com acréscimo dos estadunidenses, uruguaios, chilenos e paraguaios. Em 2022, cerca de 80% das solicitações de residência eram de longo termo, ou seja, de indivíduos que têm o desejo de residir no Brasil por mais de 12 meses. O crescimento das solicitações se iniciou em 2017, dando um grande salto em 2019, principalmente por conta da crise político-econômica na Venezuela, que teve agravamento nesses respectivos anos.

Algo importante de mencionarmos e que impacta os fluxos migratórios para o Brasil, é a criação, em 2017, da Lei de Migração, que “[...] dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (BRASIL, 2017). De acordo com a Lei de Migração, mesmo os imigrantes que ingressarem de forma irregular no país, têm o direito de buscar autorização de residência e isso deve ser promovido pelo Estado. Essa lei garante os direitos dos imigrantes, dando acesso aos serviços públicos, como educação, saúde e outros benefícios, assim como permissão para trabalhar e morar no país.

Em teoria, a lei acima tem como principal papel acolher e proteger os imigrantes que chegam ao Brasil. Além disso, todo imigrante tem direito à educação pública, independente da sua nacionalidade ou da maneira como ingressou no país, tornando o ato de impossibilitar que isso aconteça uma violação da Constituição. Como o ensino básico é obrigatório e gratuito para os indivíduos dos 4 aos 17 anos, todos podem e devem usufruir de tal, sendo estes imigrantes, apátridas ou refugiados, independente da forma de como estes entraram no país. Em teoria parece muito fácil, visto que os direitos estão garantidos perante a lei, porém no Brasil nos deparamos com uma crise interna em relação à educação, onde mais de 2 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola, cerca de 5% da faixa etária correspondente (Grajzer; Schlindwein, 2023).

Sobre a Lei da Migração, Norões (2018, 2021) questiona a definição de “estrangeiro”, palavra muito utilizada ainda em relação à população imigrante. Do latim, a palavra se refere a aquele que é estranho, que vem de fora, o Outro. Até 2017, no Brasil, os estrangeiros eram vistos como uma ameaça, visto que a lei que definia como seria a vida destes no Brasil, o

Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), havia sido criada durante a ditadura. Essa lei contribuía para que os direitos dos imigrantes fossem restritos, dificultando o acesso a diversos serviços, um deles sendo a educação. Essa lei ditava que o estrangeiro só poderia ter acesso à educação se portasse um documento que o caracterizasse como tal, o diferenciando do restante da população nacional. A formulação deste documento não era sempre fácil, portanto compreende-se que esses processos faziam parte de uma estratégia de dificultar o acesso aos direitos dessas pessoas. Para a autora, essa lei visava “[...] frear a migração denominada indocumentada para o acesso a bens e serviços públicos e instituições públicas, e, assim, inibir a presença de estrangeiros nos sistemas educacionais brasileiros, e também no Brasil” (Norões, 2021, p. 428).

Com as mudanças na Lei da Migração, o Brasil passou a ser destino de muitas pessoas. Atualmente, muitos dos imigrantes têm se beneficiado das políticas de migração do governo, que facilitam para que a permanência ocorra de maneira mais fluida. Os colombianos e argentinos, por exemplo, se apoiam nos Acordos de Residência da América do Sul, um acordo do Mercosul, que facilita a entrada de migrantes da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, assim como migrantes de países associados como Equador, Chile, Peru e Colômbia. De acordo com o governo brasileiro, a criação desse acordo e de outras políticas direcionadas a esse tema “[...] é fundamental para garantir o acesso de migrantes a serviços públicos básicos, como saúde e educação; oferecer condições para eles conquistarem emprego e renda; e contribuir para o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2024).

Apesar de nem sempre retratarem a realidade como ela de fato é, vemos através das notícias pelos canais de mídia que a situação relacionada aos direitos humanos e trabalhistas dos imigrantes no Brasil tem se agravado significativamente. A violência, o racismo, a xenofobia e a morte compõem as manchetes dos jornais, e as palavras são repletas de gritos por socorro e sangue. Uma matéria publicada pelo jornal Brasil de Fato no dia 17 de abril de 2025, chama a atenção pelo teor de desespero. A morte daqueles que vêm de longe em busca de um trabalho ou de uma renda melhor está cada vez mais comum, como foi o caso de Ngange Mbaye, de 42 anos, um ambulante do Senegal morto por um tiro assassino da polícia militar no Brás, bairro de São Paulo. A ativista Mariama Bah, também senegalesa, grita por justiça e por mudanças. Diz ser urgente a união entre os movimentos populares brasileiros com as comunidades migrantes visto que “imigrantes ou não, as vítimas de violência são sempre corpos pretos. Essa divisão só é boa para o colonizador, para quem nos escravizou” (Brasil de fato, 2025).

Mariama nos relembra que as mortes e violências contra esses corpos invisíveis não são algo novo, são recorrentes e ocultadas pelo Estado. Essa frequência, em suas palavras, “[...] demonstra uma urgência em olhar para esse público migrante e essas interseccionalidades entre raça, nacionalidade e classe no Brasil” (Brasil de fato, 2025). Essa violência atinge com mais frequência a população negra migrante, os africanos, os haitianos, os indígenas, os bolivianos e os venezuelanos. Além disso, é preocupante, para Mariama, como a xenofobia faz parte do senso comum, não somente do brasileiro, mas do mundo como um todo. Sensação que é reforçada pelas constantes palavras de ódio dirigidas aos imigrantes por um dos mais poderosos homens do mundo: o atual presidente dos Estados Unidos - Donald Trump.

As operações efetuadas pela polícia militar aterrorizam os trabalhadores ambulantes, perseguidos pelos militares e suas violências. A venda de mercadorias na rua é um meio de trabalho que sempre foi praticado no Brasil, majoritariamente, pela população negra. Portanto, essas operações que visam acabar com esse tipo de atividade, não passam de uma desculpa racista de higienização das ruas e da população preta e periférica do Brasil, composta muitas vezes por imigrantes que só estão ali para conseguir comer no final do dia.

Outra matéria do Brasil de Fato, publicada dia 7 de maio de 2025, nos informa sobre mais uma morte. Dezesesseis dias depois do assassinato de Ngagne, Edineide Aparecida Rodrigues, que trabalhava na mesma região como ambulante, foi morta com um tiro na cabeça em frente à sua casa, pois, meses antes, havia informado a polícia civil sobre esquemas de milícia no Brás, resultando na prisão de três militares. Em teoria, Edineide estava protegida pelo Estado. Segundo as testemunhas, que vieram de 24 pessoas e de Edineide, os ambulantes, principalmente imigrantes, tinham que pagar cerca de 300 reais por semana para os militares, além de serem cobrados de pagarem um “aluguel” para venderem as suas mercadorias.

A matéria descrita acima, denuncia não somente a violência física, mas também a destruição de mercadorias por parte dos policiais. A incerteza de não saber se será possível realizar as vendas é assustadora para muitos, com relatos de vendedores que, antes das operações faziam cerca de 200 reais por dia, mais recentemente, o comum tem sido voltar com 50 a 70 reais. Essa fiscalização ocorre sobre o nome de Operação Delegada, executada pelos policiais militares em seus dias de folga e de maneira voluntária, visando manter a segurança da população e combater o trabalho de ambulantes irregulares pela cidade. Na região central da cidade, cerca de 1.500 policiais atuam debaixo dessa operação todos os dias. Apesar da prefeitura relatar que os policiais são treinados e que tudo é reportado de volta para

eles no final do dia, as denúncias e as violências nos mostram o outro lado da moeda. É prática comum por parte dos militares a violência física, psicológica e verbal. Ketele Charles, uma vendedora ambulante do Haiti, diz escutar diariamente sair da boca dos policiais diversas ofensas como “sai lixo” e “volta para o seu país” (Brasil de fato, 2025). Ela, assim como muitos imigrantes do Haiti, vende as mercadorias junto de seu marido para sustentar dois filhos no Brasil e outros dois filhos que ficaram no Haiti.

Outros relatos mostram que a vida de vendedor ambulante, principalmente a partir de 2023, tem sido um inferno (Brasil de Fato, 2025). De acordo com uma vendedora, eles correm 24h por dia da polícia, ou seja, eles trabalham correndo. Diferente do que muitas pessoas pensam, a maior parte dos trabalhadores ambulantes não gostam e não querem estar irregulares, porém, de acordo com um vendedor, a oportunidade de regularizar as vendas e as mercadorias não é oferecida a eles. No fundo, não é de interesse da prefeitura e do estado dar direitos a essas pessoas. As mercadorias que são apreendidas pela polícia, apesar de, em teoria, terem que ser devolvidas após fiscalização, raramente voltam para as mãos dos trabalhadores. Um vendedor relata que é preciso lutar e ir contra essas violências, porém correm o risco de serem violentados e mortos. Mamadou Ka, vendedor ambulante, foi atrás de seus direitos e virou referência entre os trabalhadores. Relata que um dia ousou dizer não e que foi “[...] procurar seu direito. Aqui no Brasil tem que ter lei para recuperar. Porque eu não estou fazendo crime, não estou roubando, não estou fazendo nada errado, estou tentando trabalhar” (Brasil de fato, 2025)

Ngagne foi um dos que disse não, revidou e foi morto por isso. Uma testemunha que presenciou o seu assassinato disse que “Naquela rua tem um posto de saúde, vieram enfermeiros prestar primeiros socorros, a polícia não permitiu. Ele morreu ali tratado como lixo desde o começo ao final. Foi agredido, sofreu racismo, xenofobia e foi morto” (Brasil de Fato, 2025). Além disso, teve suas mercadorias apreendidas, mesmo depois de morto, e estas só foram recuperadas depois de muita luta de Mamadou Ka, as retornando para a família de Ngagne.

Com histórias como as descritas acima sendo cada vez mais comuns no Brasil, afirmamos que o sangue preto e imigrante tem sido cada vez mais escorrido pelas ruas brasileiras.

Apesar da presença masculina ser maior, sendo estes 481 mil dos imigrantes regularizados entre 2022 e julho de 2024, é importante ressaltar que a população feminina e infantil tem crescido consideravelmente na última década. Somente em 2022, foram registradas 80.838 mulheres imigrantes no total. A sua presença no mercado de trabalho

também vem aumentando, sendo que em 2019 haviam 6.952 mulheres imigrantes trabalhadoras, em 2020 haviam 7.269, em 2021 haviam 7.445, em 2022 haviam 15.623 e em 2023 esse número atingiu 95.713 (OBMigra, 2021). Esses dados mostram uma feminilização da força trabalhadora imigrante que atua no Brasil, assim como pode indicar um novo momento para as mulheres, estando estas majoritariamente solteiras, 83,96%, (OBMigra, 2023) e dependendo da própria força de trabalho para se sustentarem, além de, muitas vezes, ser o único sustento para os filhos. De acordo com os dados que veremos mais adiante, de fato e significativamente, essas mulheres começaram vir ao Brasil acompanhadas de seus filhos, visto que foi notado um aumento muito grande na presença da população infantil e adolescente nos últimos anos.

A partir de 2010, após o terremoto que abalou o Haiti e deixou mais de 1 milhão de pessoas desabrigadas, o sul do Brasil foi um dos principais destinos daqueles que tinham perdido suas moradias por conta do desastre sócio-ambiental, assim como pela crise econômico-social. O grande fluxo de haitianos mudou o panorama da imigração na região sul, que antes se caracterizava mais pela migração interna entre os Estados e de países vizinhos, como Argentina e Uruguai. A entrada e permanência dos argentinos em solo brasileiro está caindo desde 2023, tendo uma redução de cerca de 73%, número que se manteve durante os primeiros meses de 2024.

Os haitianos, que antes representavam o maior número de registros no sul do Brasil, foram ultrapassados pelos venezuelanos que, a partir de 2017 por conta do agravamento da crise político-econômica na Venezuela, se dirigem ao território brasileiro em busca de abrigo e suporte. Em 2022, 30.487 venezuelanos deram entrada na região Sul, número que aumentou para 39.937 em 2023 e, de acordo com os dados, tudo indica que esse crescimento tenha se mantido em 2024. Tanto os homens quanto as mulheres venezuelanas se encontram presentes, sendo 51,6% e 48,3% dos respectivos gêneros entre janeiro e junho de 2024. Depois dos venezuelanos vêm os argentinos que, apesar de terem números menores, estão em segundo lugar com 4.878 registros em 2023. Em terceiro lugar está o Haiti, com 3.705 registros em 2023. As principais faixas etárias entre os registros são de crianças e adolescentes com menos de 25 anos, totalizando 45,9% de todos os registros. Esse número se dá ao aumento que começou a ocorrer entre 2022 e 2023, visto que o número de crianças entre 0 e 7 anos teve um crescimento de 25,8%, as de 7 a 12 anos cresceu 26,2% e as de 12 a 19 anos cresceu 27,2%. Nesse aumento também estão as pessoas de 25 a 40 anos, com um crescimento de 22,4% nesses respectivos anos (OBMigra, 2024).

O sul do Brasil atrai os imigrantes que estão em busca de trabalho devido à grande concentração de indústrias e do agronegócio, empregando, em 2023, 51,2% de toda a força de trabalho imigrante do país, porcentagem que se mostra em crescimento, visto que nos primeiros seis meses de 2024, o número de trabalhadores imigrantes ultrapassou a quantidade do ano anterior. Desde 2013 até 2022, os haitianos eram a principal nacionalidade entre os imigrantes formalmente empregados, porém, foram ultrapassados pelos venezuelanos que, em 2022, eram 47.494 trabalhadores, número que em 2023 subiu para 74.904 e que chegou a 92.762 somente nos meses de janeiro a junho de 2024. Por mais que os venezuelanos os tenham ultrapassado, os haitianos seguem com uma grande presença dentre os trabalhadores imigrantes no Sul, mostrando um aumento nos primeiros meses de 2024, visto que, em 2023, foram contabilizados 28.003 indivíduos e, no primeiro semestre de 2024, esse número já tinha atingido 28.137, totalizando mais indivíduos do que o ano de 2023 inteiro. Em seguida, temos os paraguaios, os argentinos e os cubanos, ocupando, respectivamente, a terceira, quarta e quinta posição (OBMigra, 2024).

As principais cidades do Sul do país que foram destinos dos imigrantes internacionais em 2023 foram Curitiba (PR), Chapecó (SC), Foz do Iguaçu (PR) e Florianópolis (SC). Até junho de 2024, houve um aumento de imigrantes registrados, principalmente em Curitiba com 3.341 registros, Chapecó com 1.599 e Florianópolis com 1.571. Apesar de uma grande parte de imigrantes procurarem as capitais, foi possível observar que Porto Alegre (RS) ficou em oitavo lugar na lista de cidades mais procuradas, mostrando que, possivelmente, uma parcela dessa população tem se deslocado mais para cidades do interior, principalmente em função do setor industrial e agrícola.

Por mais que a porcentagem seja menor, entre 2022 e 2023 foi observado um aumento de mulheres imigrantes no mercado de trabalho no Sul do Brasil. Em 2023, 40,6% da força de trabalho imigrante era composta por homens e 38,4% eram mulheres, colocando a região sul como a região que mais emprega mulheres imigrantes no Brasil. Das 95.713 mulheres imigrantes empregadas no Brasil, 55,3% estavam na região Sul. Os setores onde as mulheres estão mais presentes e superam os homens são os restaurantes e similares, as casas de chá, sucos e similares e lanchonetes, assim como comércio varejista de mercadorias em geral, hotéis e limpeza em prédios e em domicílios. Em geral, a principal atividade econômica exercida pela população imigrante é o abate de suínos e de aves, principalmente pelos homens, seguido pelo setor de serviços, sendo empregados, principalmente, em Curitiba (PR), Chapecó (SC) e Cascavel (PR). São setores que demandam uma força de trabalho resistente, é um trabalho muito físico e pesado, são ocupadas principalmente por

venezuelanos e haitianos e possuem um salário baixo comparado às outras regiões do Brasil. Ao olharmos para a faixa etária destes trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, vemos que se encontram entre 20 e 39 anos, idades consideradas ideais e ativas para o mercado de trabalho. Em seguida, temos as pessoas entre 40 e 64 anos e tem se observado um aumento considerável de trabalhadores com menos de 20 anos. O número de pessoas entre 14 e 19 anos entre 2022 até junho de 2024 triplicou, passando de 8.404 indivíduos para 25.504 (OBMigra, 2024).

É muito importante termos acesso a esses números para que seja possível o desenvolvimento de políticas públicas não somente para a população imigrante em idade escolar, mas também para aqueles que pretendem se inserir no mercado de trabalho ao saírem das instituições de ensino, visto que, apesar de uma boa parte da força de trabalho imigrante possuir o ensino médio completo, a quantidade que não possui o ensino fundamental revela uma grande lacuna que precisa ser levada em consideração.

Na região sul do país há duas cidades que aparecem entre as principais em relação ao acolhimento de imigrantes internacionais e refugiados, Chapecó e Florianópolis. A cidade de Chapecó fica no interior do estado e está a uns 200 quilômetros da fronteira com a Argentina. É o sexto município mais populoso do estado e o quarto que gera mais movimentação econômica, além de ser um centro muito importante para o agronegócio, sendo um grande exportador de alimentos industrializados e o maior produtor de carne suína no país. De acordo com uma matéria do jornal Clic RDC, publicada em fevereiro de 2025, Chapecó é a terceira cidade que mais recebe imigrantes no Brasil, sendo estes, majoritariamente, venezuelanos, cerca de 80% de toda a população imigrante que lá chega (Clic RDC, 2025). Estes estão se inserindo rapidamente no mercado de trabalho local e isso tem sido, de acordo com a matéria, essencial para a cidade e sua economia. Para além do mercado de trabalho, relatam que a cidade está realizando uma grande movimentação para que o acolhimento dos imigrantes seja efetivo e de qualidade, principalmente com as crianças e pessoas idosas. Para isso, a Secretaria da Educação, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Família e Proteção Social têm trabalhado em conjunto para proporcionar os serviços essenciais para a reprodução social. Porém, há também muitos relatos de xenofobia extrema sofrida pelos imigrantes que estão em Chapecó, portanto não é possível afirmar que esse acolhimento esteja ocorrendo como a matéria implica. Como a maioria dos imigrantes chegam nas cidades em busca de trabalho, é possível supor que Chapecó é um destino comum de muitos devido à presença dos setores de produção de alimentos e animais para abate, que se enquadra nos dados relacionados às principais atividades exercidas por essa parcela da população.

Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina, é atraente para muitas pessoas em busca de uma vida nova, de um trabalho novo e de um lugar mais agradável para se viver. A ilha, com 42 praias, não atrai somente os turistas, mas também aqueles que estão à procura de uma vida melhor. A cidade, também conhecida pela e portuguesa, agora se encontra em um momento diferente, pois passou a receber muitos migrantes nacionais e internacionais, principalmente de países africanos e países vizinhos do Brasil.

De acordo com dados da organização Círculos e Hospitalidades, que atua na área de migração e refúgio, dos 172 municípios que eles alcançaram, Florianópolis, em 2024, foi o município onde a maior parte dos imigrantes e refugiados residiam, 35% do total. A principal nacionalidade, 65%, são os venezuelanos e as mulheres procuram mais atendimento que os homens, chegando a 53%. Além disso, Florianópolis aparenta ser a cidade em que a organização mais conseguiu ajudar essa população a se inserir no mercado de trabalho, com 51% dos atendimentos sendo realizados aqui. Porém, como relatam as autoras Conde e Alcubierre (2023), muitos dos imigrantes são “Atraídos pela imagem de um Sul Maravilha e pela ideia de ‘Ilha da Magia’, fortemente divulgadas pelo setor turístico e pela especulação imobiliária, trabalhadores chegam cotidianamente ao estado em busca de uma vida melhor, mas deparam-se com uma realidade bastante diferente” (Conde; Alcubierre 2023, p. 5).

1.1 As crianças e a migração

A imigração infantil não é algo novo. As crianças sempre estiveram presentes nos movimentos migratórios, junto de suas famílias, parentes ou desacompanhadas. Em diversos momentos da história, onde os movimentos humanos causados pelos motivos de guerra, extermínio, fome e a busca por uma vida melhor, as crianças também estavam presentes. Elas sempre estiveram. Comumente vistas junto de adultos, se ignora o fato de que esses indivíduos são pertencentes ao seu corpo e que carregam consigo suas memórias, experiências, angústias e felicidades. Também sofrem por conta das despedidas de seus familiares, de sua casa, de sua escola. Sofrem por conta da mudança, do trajeto que, muitas vezes, é difícil e demorado. Sofrem pelas diferenças agora presentes em sua vida, diferença de costumes, de língua. Não conseguem se expressar para ninguém além de seu grupo familiar, não são compreendidas em espaços que não são seu local de moradia. São inseridas em um mundo desconhecido, onde os estranhos que as rodeiam não sabem muito do lugar de

onde vieram ou de como as coisas são feitas “do lado de lá”. O lado de “lá” se transforma em sentimento de saudade e motivo de anseio pela volta que, provavelmente, não virá a acontecer tão cedo. As crianças também sentem as dores que a imigração pode causar.

A arte, que retrata também a vida, denuncia muitas vezes aquilo que não nos deixamos ver. Portinari, através de sua pintura “Retirantes” de 1941, retrata a migração realizada por milhares de famílias brasileiras em busca de trabalho, comida e moradia. As crianças se fazem presentes, se destacam da tela, com feições exaustas.

Figura 1 - “Os retirantes”, Portinari.



Fonte: Museu da Imigração - Acervo MASP[1]

Assim como na pintura, milhares de crianças estrangeiras realizam trajetos longos e difíceis com as suas famílias. Seus caminhos são repletos de estradas asfaltadas, de terra e, como é no caso da Selva de Dárien, por dentro de matas fechadas. A Selva de Dárien é uma floresta tropical, conhecida como uma das mais perigosas do mundo, localizada entre a Colômbia e o Panamá e é o único meio terrestre que liga a América do Sul com a América Central. A jornada pela selva pode durar mais de dez dias e conta com condições muito perigosas, como calor extremo, falta de água potável que junto do calor, acaba causando morte por desidratação, animais peçonhentos, risco de afogamento devido aos trechos feitos dentro d'água, além de morte por quedas ou machucados, devido ao terreno instável, íngreme e úmido. Além dos perigos naturais, ainda há a exposição aos perigos por parte de outros

seres humanos, que se aproveitam da vulnerabilidade dos outros. A área, dominada por grupos criminosos, é conhecida pelos altos níveis de tráfico humano, abuso e violência sexual, roubos e outros atos de violência. Além disso, usam do desespero das pessoas para extorqui-las, exigindo preços altíssimos para realizar partes do trajeto até os Estados Unidos.

Figura 2 - Foto de pessoas na travessia da Selva de Darien, 2023.

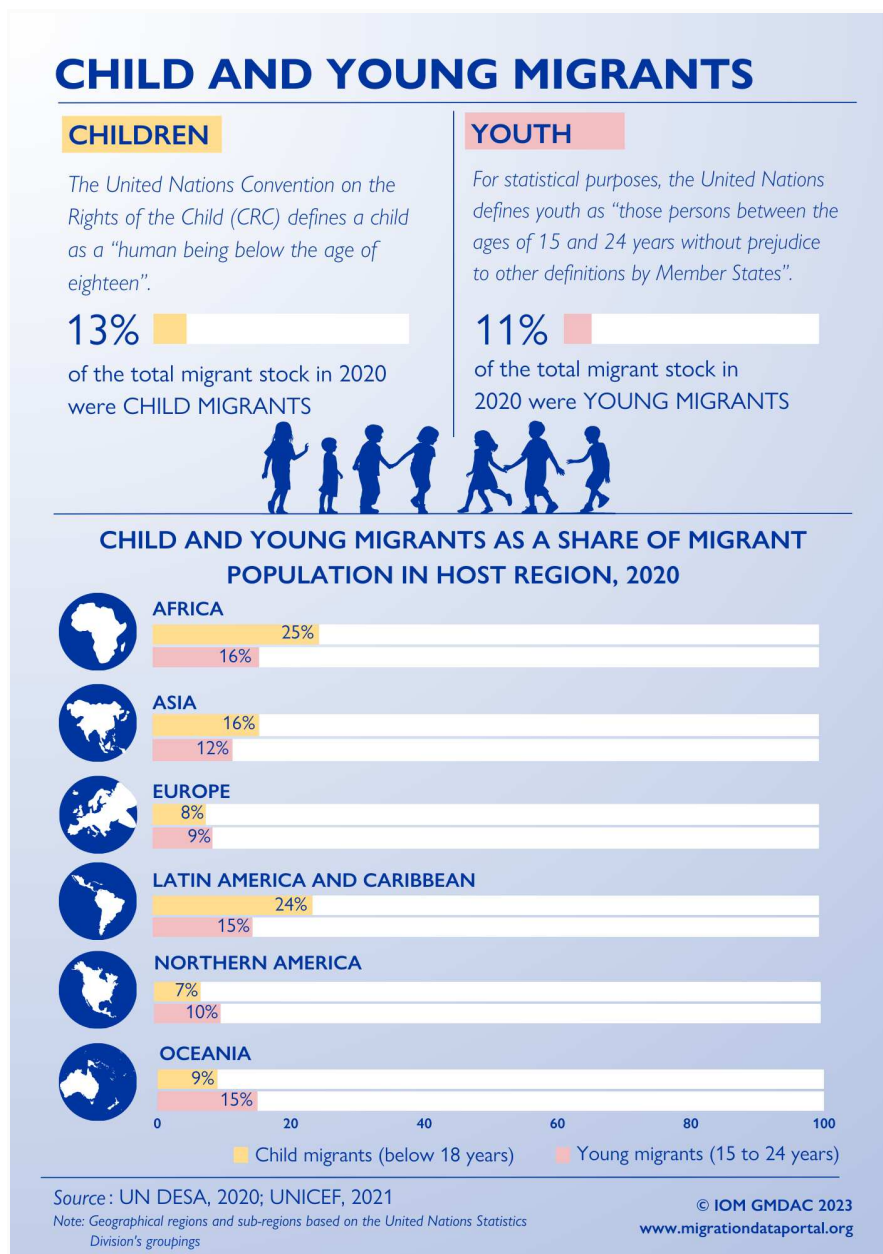


Fonte: UNICEF, 2023.

De acordo com uma matéria da Folha de São Paulo publicada em 2024, mais de 520 mil pessoas cruzaram a selva de Darién, conhecida também como selva da morte, em 2023. Mais de 20% eram pessoas menores de idade. Todos os dias mais de mil pessoas conseguem vencer a travessia e muitas estão saindo do Brasil, principalmente crianças e adolescentes e filhos de haitianos que nasceram no Brasil. Os dados mostram que o número de menores que atravessam a selva de Dárien segue aumentando visto que, em 2021, 29 mil crianças fizeram a perigosa travessia. Em 2022 esse número chega a 40 mil e em 2023 mais de 60 mil crianças cruzaram a selva de Darien nos primeiros oito meses do ano respectivo. Metade das crianças tinham menos de 5 anos de idade (UNICEF, 2023). De acordo com dados do *Migration Data Portal*, os movimentos migratórios pela América Latina e o Caribe são compostos por uma grande porcentagem de pessoas menores de 18 anos, sendo estes 25% da população total que migrou nessa região em 2020/2021. De acordo com a UNICEF, “Cada vez mais são as crianças mais novas que fazem essas viagens perigosas, sendo que as crianças com menos de

11 anos representam agora até 91% de todas as crianças em movimento em alguns pontos de trânsito” (UNICEF, 2023).

Figura 3 - Imagem do *Migration Data Portal* sobre a migração infantil, 2020.



Fonte: site da Migration Data Portal <https://www.migrationdataportal.org/themes/child-and-young-migrants>

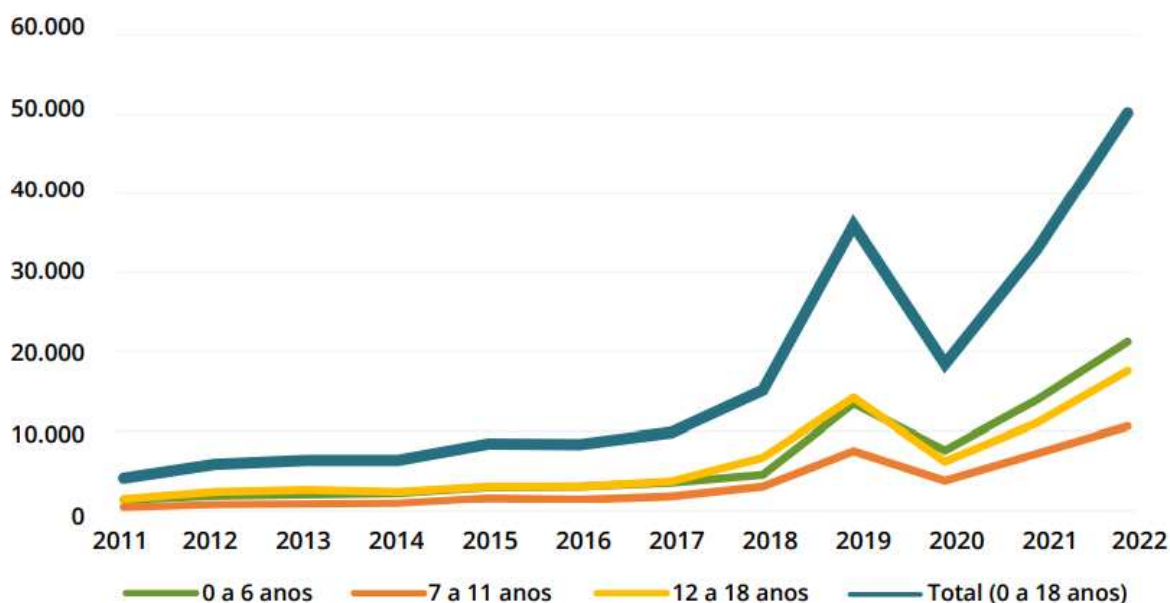
De acordo com os relatos descritos na matéria, a realidade em relação à presença de crianças é assustadora visto que “[...] é comum crianças/bebês serem encontradas sozinhas na selva, sem explicação. Não se sabe se se perderam, se os pais morreram, se foram abandonadas” (Folha de São Paulo, 2024). Dados da UNICEF mostram que somente em 2023, cerca de 3.300 menores chegaram sozinhos ao final da travessia. Não é possível saber

se os pais permaneceram na mata e chegariam em seguida, se morreram, se os abandonaram ou se estes saíram de suas respectivas casas já desacompanhados. É muito importante destacar que apesar de ser uma área em que cada vez mais há a atuação de organizações humanitárias e de outras instâncias, a subnotificação é uma realidade ainda muito presente, portanto, não é possível dar um número exato de quantas pessoas realizam ou não conseguem realizar essa viagem.

Crianças migrantes desacompanhadas não é uma realidade somente dessa região. De acordo com Conde (2021), em pesquisa realizada nos Estados Unidos, após a entrada do presidente Trump e sua política de zero tolerância com imigrantes, famílias imigrantes estavam sendo separadas, crianças estavam sendo arrancadas de seus pais nas fronteiras. Em 2020, “[...] voluntários e advogados nomeados para identificar famílias de migrantes que estavam separadas disseram que não conseguiram encontrar os pais de 545 crianças (60 delas menores de 5 anos), porque as famílias já haviam sido deportadas para a América Central sem suas crianças” (Conde; Alcubierre, 2023, p. 15). Além disso, foram localizadas denúncias, em 2023, de que milhares de crianças latinas estavam chegando desacompanhadas aos Estados Unidos e que foram perdidas, já que as autoridades do país não sabiam onde essas crianças estavam.

Considerando as informações e os dados relatados anteriormente, a imigração infantil se mostra um fenômeno presente e preocupante nos movimentos migratórios internacionais. Há que se destacar a fragilidade infantil devido a sua pouca idade e, por isso, estão mais expostas a violências, opressões e explorações. Mundialmente, o cenário demonstra uma urgência em relação ao fenômeno da imigração e os números mostram uma tendência de aumento tanto da imigração adulta como da imigração infantil. Esse aumento também tem sido observado no Brasil e, conseqüentemente, houve também um grande aumento no número de registros de crianças e adolescentes imigrantes no país. Em 2011 foram registradas 9.322 crianças e adolescentes imigrantes, já em 2022 esse número dá um grande pulo, atingindo 66.031 registros (OBMigra, 2023).

Gráfico 1 - Número de registros de crianças e adolescentes imigrantes residentes, por ano de registro, segundo faixa etária - Brasil, 2011 a 2022



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) 2023.

De acordo com a UNICEF, os dados mais recentes mostram que “Apenas entre janeiro até agosto de 2024, mais de 60 mil refugiados e imigrantes entraram no Brasil por Pacaraima, representando uma média de 250 pessoas por dia. Destes, aproximadamente 21 mil são crianças e adolescentes (4-17 anos). Muitas chegam sozinhas ou com pessoas que não são suas responsáveis legais” (UNICEF, 2024). Esse número nos mostra que a tendência é que a chegada desses indivíduos continue ocorrendo, denunciando uma urgência na tomada de ações para auxiliar essa parcela da população.

A presença das crianças e adolescentes fica mais evidente ao olharmos para as matrículas no ensino básico que, nos últimos anos, principalmente a partir de 2010, têm demonstrado um aumento contínuo, algo esperado devido à grande quantidade de imigrantes e suas famílias que têm entrado no país na última década. Apesar de que entre 2011 e 2019 houve uma predominância entre os adolescentes, esse cenário vem mudando e, entre 2020 e 2022, a maior parte do volume é composto por crianças da primeira infância, entre 0 a 6 anos. Em relação à nacionalidade dessas crianças, em 2020 a maioria eram venezuelanas, cerca de 72% do total, seguidas pelas bolivianas, um diferencial em relação aos adultos, seguidas pelas crianças e adolescentes haitianos (OBMigra, 2023).

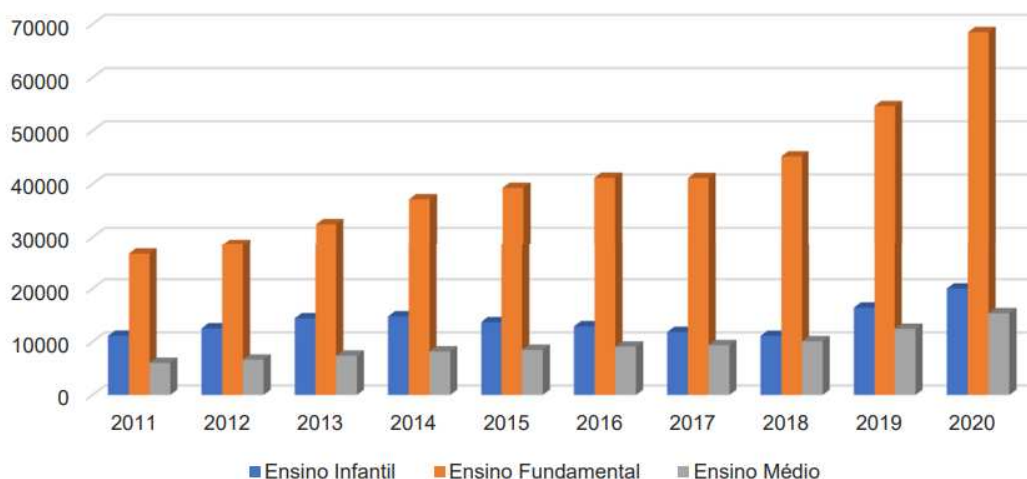
Gráfico 2 - Países de nascimento com maior número de registros de crianças e adolescentes imigrantes residentes de 0 a 18 anos, por ano de registro - Brasil, 2011 a 2022



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), 2023.

O gráfico 3 evidencia que, entre 2010 e 2020, o número de matrículas aumentou muito, indo de 41.916 para 122.900 registros no ensino básico. Onde mais se notou uma diferença foi no ensino fundamental que, nesses respectivos anos, foi de 26.322 (2010) para 77.193 (2020), e na educação infantil que foi de 7.311 (2010) para 18.007 (2020).

Gráfico 3 - Número de matrículas nos três segmentos do Ensino Básico de crianças e adolescentes imigrantes matriculados, por ano - Brasil, (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2011-2020

Os dados da população mais jovem aparecem pouco em relação a sua inserção nas instituições de ensino, além de não estarem atualizados. Dados do Censo Escolar dos anos de 2010 e 2020 mostram que, nesse meio tempo, o número de matrículas de crianças e

adolescentes imigrantes tanto na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio aumentou 65,2% (OBMigra, 2024).

Tabela 1 - Número de imigrantes por sexo por etapa da educação em 2010 e 2020

Etapa da educação	2010		2020	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Educação infantil	3.772	3.539	9.223	8.784
Ensino fundamental	13.435	12.887	39.759	37.434
Ensino médio	2.710	2.826	8.055	8.001
Curso técnico integrado	171	65	532	408
Ensino médio - magistério	9	43	18	65
Curso técnico / EJA	1.201	1.258	6.239	4.382
Total	21.298	20.618	63.826	59.074
	41.916		122.900	

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020).

Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020)

Especificamente, na região Sul, esse aumento de matrículas foi de quase 70%, principalmente no ensino fundamental, além de um aumento nas matrículas na EJA e no ensino superior, com 37% de crescimento na última década. Os dados indicados abaixo na tabela 2, mostram a presença significativa de estudantes do Norte Global e de estudantes latino-americanos.

Tabela 2 - Número de estudantes do Norte Global na educação básica do Sul

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Portugal	338	443	596	865	1.028	1.145	1.188	1.128	1.061	998	914
Estados Unidos	925	1.096	1.193	1.294	1.456	1.398	1.192	1.080	1.024	1.009	896
Japão	842	834	902	1.043	1.212	1.137	1.086	958	864	816	695
Espanha	178	276	364	538	668	729	665	610	567	524	494
Itália	193	267	291	369	476	529	560	526	518	541	479
Reino Unido	120	692	510	423	401	362	311	306	285	281	267
Alemanha	214	175	194	213	245	230	271	250	231	230	190

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020)

Apesar dos dados evidenciarem uma presença considerável de estudantes do Norte Global, ao compararmos com os estudantes latino-americanos, vemos que há uma grande diferença. Principalmente a partir de 2015, a presença desses estudantes tem aumentado, diferente dos estudantes do Norte Global, cuja participação tem decrescido. A presença dos estudantes haitianos aparece bastante no Sul do país, aumentada substancialmente a partir de

2014, atingindo 10.186 em 2020, ficando no topo da lista das principais nacionalidades, sendo seguidos pelos venezuelanos, com 7.138 estudantes. A tabela 3 apresentada a seguir mostra, em números, como cresceu o número de estudantes latino-americanos nos últimos anos na educação básica do Sul.

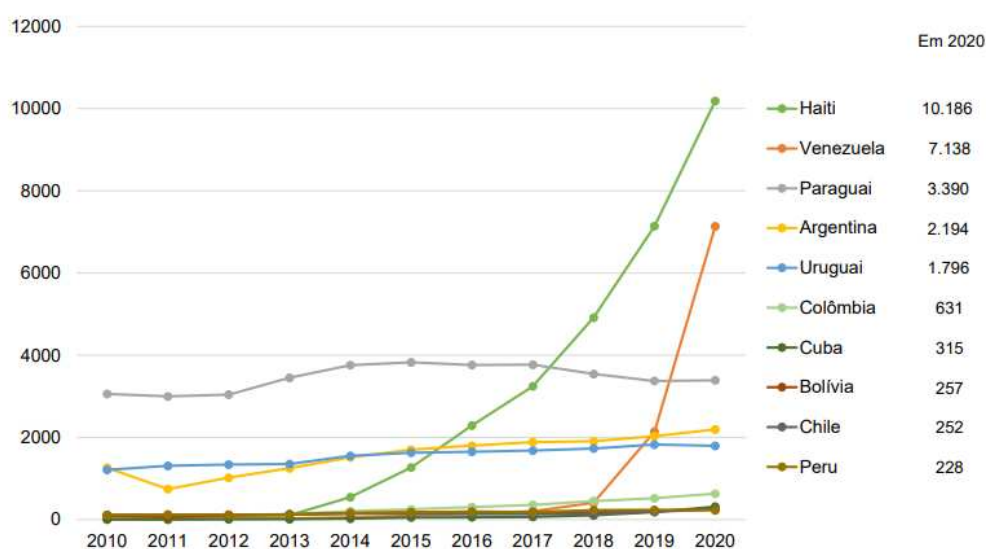
Tabela 3 - Número de estudantes latino-americanos na educação básica do Sul do Brasil

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Haiti	0	0	32	106	547	1.269	2.291	3.244	4.915	7.139	10.186
Venezuela	14	25	31	31	55	95	152	205	410	2.143	7.138
Paraguai	3.059	2.999	3.040	3.451	3.759	3.826	3.763	3.769	3.544	3.373	3.390
Argentina	1.261	745	1.020	1.250	1.513	1.702	1.800	1.885	1.905	2.029	2.194
Uruguai	1.211	1.309	1.339	1.352	1.552	1.629	1.651	1.679	1.732	1.827	1.796
Colômbia	91	64	84	130	207	250	306	360	452	521	631
Cuba	10	8	10	12	25	54	57	67	104	187	315
Bolívia	88	61	98	129	158	178	190	179	180	208	257
Chile	116	121	118	127	144	148	137	135	135	196	252
Peru	112	120	118	125	155	179	193	187	230	237	228

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020)

Gráfico 4 - Número de estudantes latino-americanos da educação básica no Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Conforme a tabela 4 e o gráfico 5, esses estudantes se concentram principalmente nas capitais dos três estados da região Sul: Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

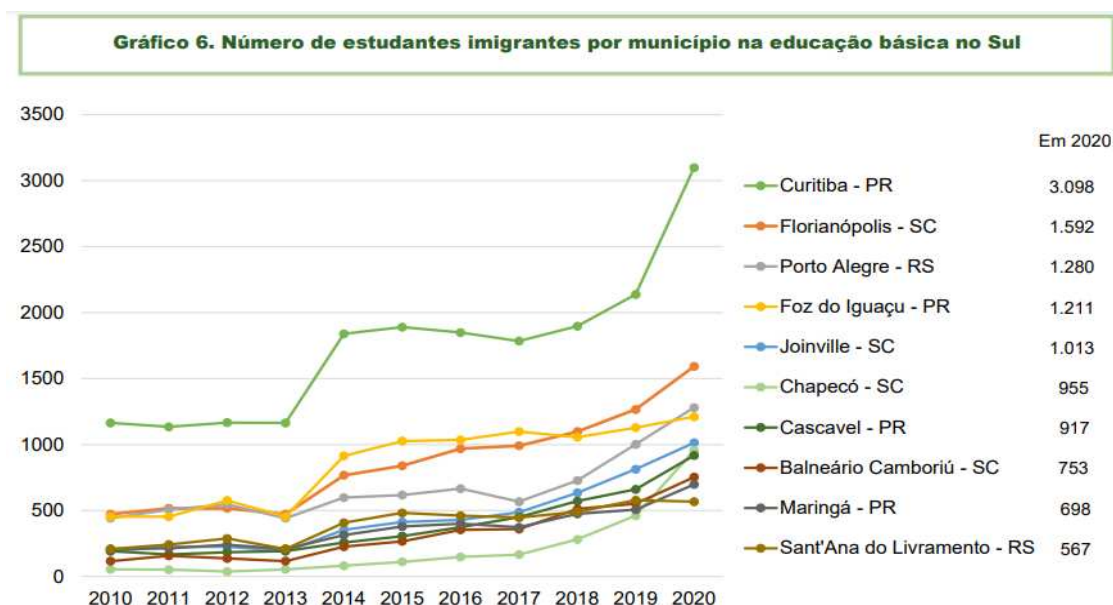
Tabela 4 - Número de estudantes imigrantes por município na educação básica do Sul do Brasil

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba - PR	1.164	1.134	1.166	1.164	1.839	1.890	1.849	1.784	1.897	2.137	3.098
Florianópolis - SC	472	517	517	472	767	839	969	991	1.098	1.266	1.592
Porto Alegre - RS	442	507	546	442	598	617	666	567	727	1.001	1.280
Foz do Iguaçu - PR	454	454	576	454	914	1.026	1.035	1.098	1.056	1.128	1.211
Joinville - SC	191	225	226	191	354	413	429	487	634	813	1.013
Chapecó - SC	54	52	38	54	82	111	148	166	281	461	955
Cascavel - PR	193	167	184	193	258	306	374	450	571	660	917
Balneário Camboriú - SC	116	157	137	116	226	266	354	359	512	552	753
Maringá - PR	208	214	241	208	314	379	401	373	475	506	698
Sant'Ana do Livramento - RS	208	242	288	208	407	482	461	447	490	578	567

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020)

Gráfico 5 - Número de estudantes imigrantes por município na educação básica no sul



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

1.2 Crianças imigrantes na Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Florianópolis

Apesar de haver uma escassez de dados em relação à população imigrante e refugiada residente de Florianópolis, visto que no Censo de 2022 isso não foi abordado, tivemos acesso aos dados relativos ao número de crianças estrangeiras matriculadas em 2025 na educação infantil na rede pública de Florianópolis, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e pela Secretaria Municipal de Educação. Ao analisarmos os dados, percebemos que das 15.262 matrículas do ano de 2025, 591 são de crianças estrangeiras. Os dados foram organizados de acordo com as seis regiões de Florianópolis, sendo estas: Continente, Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. De acordo com esses dados, totalizando quase 4% do número total de matrículas, a maior parte dessas crianças se encontram no Norte da ilha.

Tabela 5 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública de Florianópolis - 2025

 PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				Pág.: 7 Data: 29/05/25 Hora: 10:27:07 ALU035_8105 Anual
Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025 Educação Infantil - Rede				
Região Municipal	Brasileira	Estrangeira	T o t a l	
CONTINENTE	2.449	140	2.589	
CENTRO	3.128	119	3.247	
NORTE	3.534	165	3.699	
SUL	2.951	92	3.043	
LESTE	1.607	55	1.662	
OESTE	1.002	20	1.022	
TOTAL DO MUNICÍPIO	14.671	591	15.262	

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

Os dados, além de organizados de acordo com as regiões, também incluem o nome dos NEIMs (Núcleo de Educação Infantil Municipal), portanto é possível observar em quais núcleos as crianças imigrantes internacionais estão mais presentes e qual bairro essa instituição pertence. Alguns núcleos concentram mais a presença dessas crianças, enquanto outros não apresentam matrículas de crianças imigrantes.

Na região central da cidade há 24 NEIMs e 3.247 matrículas no total. Destas, 119 são de crianças imigrantes internacionais. O NEIM com mais matrículas de crianças imigrantes, com 17, é o NEIM Almirante Lucas Alexandre Boiteux, localizado na Avenida Mauro Ramos, local bem central nesta região. A seguir, temos o NEIM Evandro de Sousa, com 12

matrículas de crianças imigrantes, localizado no bairro Carvoeira. Por fim, temos o NEIM Morro do Horácio e o NEIM Nossa Senhora de Lourdes, cada um com 8 matrículas de crianças imigrantes, ambos localizados no bairro Agrônômica. Há apenas um NEIM que não possui matrículas de crianças imigrantes, sendo este o NEIM Santo Antônio de Pádua, localizado no bairro Itacorubi.

Tabela 6 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública na região do Centro de Florianópolis - 2025

 PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Pág.: 1 Data: 29/05/25 Hora: 10:27:07 ALU035_8105 Anual				
Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025 Educação Infantil - Rede				
Região Municipal: CENTRO				
Seq	Unidade Escolar	Brasileira	Estrangeira	T o t a l
1	NEIM VÓ TEREZINHA	140	1	141
2	NEIM EVANDRO DE SOUSA	203	12	215
3	NEIM MORRO DO HORÁCIO	140	8	148
4	NEIM CRISTO REDENTOR	85	5	90
5	NEIM NOSSA SENHORA DE LURDES	141	8	149
6	NEIM MONSENHOR FREDERICO HOBOLD	127	3	130
7	NEIM BEM-TE-VI	40	4	44
8	NEIM ANJO DA GUARDA	102	5	107
9	EBM VITOR MIGUEL DE SOUZA	84	2	86
10	NEIM MORRO DA QUEIMADA	79	4	83
11	NEIM ALMIRANTE LUCAS ALEXANDRE BOITEUX	218	17	235
12	NEIM COSTEIRA DO PIRAJUBAE	98	4	102
13	NEIM PROFESSOR SÉRGIO GRANDO - NEIM DO FUTURO	93	3	96
14	NEIM SANTO ANTONIO DE PÁDUA	81	0	81
15	NEIM CELSO RAMOS	270	6	276
16	NEIM JOAQUINA MARIA PERES	136	6	142
17	NEIM NOSSA SENHORA APARECIDA	108	5	113
18	NEIM WALDEMAR DA SILVA FILHO	156	3	159
19	NEIM JOÃO MACHADO DA SILVA	67	4	71
20	NEIM FERMINIO FRANCISCO VIEIRA	310	4	314
21	NEIM IRMÃO CELSO	97	5	102
22	NEIM MORRO DO MOCOTÓ	89	4	93
23	NEIM HASSIS	222	5	227
24	NEIM CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA	42	1	43
Total da Região		3.128	119	3.247

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

Na região do Continente, há 15 NEIMs e 2.589 matrículas no total, sendo 140 de crianças imigrantes. O NEIM com o maior número de matrículas de crianças imigrantes é o

NEIM Nagib Jabor, com 23, e o NEIM Machado de Assis, com 17 matrículas de crianças imigrantes, ambos localizados no bairro Capoeiras. A seguir temos o NEIM Professora Antonieta de Barros, com 15 matrículas, localizado no bairro Coqueiros. O NEIM Mateus de Barros, localizado no bairro Monte Cristo, tem 13 crianças imigrantes e o NEIM Dona Cota, no bairro Abraão, tem 12 crianças imigrantes. Por fim, temos o NEIM Celso Pamplona, localizado no bairro Jardim Atlântico, com 10 matrículas de crianças imigrantes. Na região do Continente não há nenhum NEIM que não tenha crianças imigrantes matriculadas.

Tabela 7 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública na região do Continente em Florianópolis - 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pág.: 2

Data: 29/05/25

Hora: 10:27:07

ALU035_8105

Anual

Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025

Educação Infantil - Rede

Região Municipal: CONTINENTE

Seq	Unidade Escolar	Brasileira	Estrangeira	T o t a l
1	NEIM PROFESSORA ANTONIETA DE BARROS	225	15	240
2	NEIM PAULO MICHELS	99	6	105
3	NEIM ILHA CONTINENTE	103	7	110
4	NEIM MATEUS DE BARROS	153	13	166
5	NEIM JULIA MARIA RODRIGUES	160	6	166
6	NEIM MACHADO DE ASSIS	222	17	239
7	NEIM MARIA BARREIROS	140	5	145
8	NEIM COQUEIROS	134	4	138
9	NEIM NAGIB JABOR	150	23	173
10	NEIM CELSO PAMPLONA	201	10	211
11	NEIM CHICO MENDES	128	7	135
12	NEIM DONA COTA	146	12	158
13	NEIM JOEL ROGÉRIO DE FREITAS	204	6	210
14	NEIM JARDIM ATLÂNTICO	105	2	107
15	NEIM OTÍLIA CRUZ - NEIM DO FUTURO	279	7	286
Total da Região		2.449	140	2.589

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

Na região Leste da ilha, há 8 NEIMs com 1.662 matrículas no total, sendo 55 de crianças imigrantes. Os dois NEIMs que mais possuem matrículas de crianças imigrantes são o NEIM Lausimar Maria Laus, com 21 matrículas, e o NEIM São João Batista, com 13 matrículas, ambos localizados no bairro São João do Rio Vermelho. Por fim, temos o NEIM Orisvaldina Silva com a presença de 8 crianças imigrantes, localizado no bairro Lagoa da

Conceição. Assim como na região Leste, não há nenhum NEIM que não possua matrículas de crianças imigrantes.

Tabela 8 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública da região Leste de Florianópolis - 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pág.: 3
Data: 29/05/25
Hora: 10:27:07
ALUD35_8105
Anual

Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025
Educação Infantil - Rede

Região Municipal: LESTE				
Seq	Unidade Escolar	Brasileira	Estrangeira	T o t a l
1	EBM RETIRO DA LAGOA	24	1	25
2	NEIM CANTO DA LAGOA	39	2	41
3	NEIM SÃO JOAO BATISTA	453	13	466
4	EBM COSTA DA LAGOA	37	3	40
5	NEIM LAUSIMAR MARIA LAUS	662	21	683
6	NEIM COLÔNIA Z 11	152	4	156
7	NEIM ORISVALDINA SILVA	113	8	121
8	NEIM ELISABETE NUNES ANDERLE	127	3	130
Total da Região		1.607	55	1.662

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

No Norte da Ilha temos a maior quantidade de matrículas de crianças imigrantes. São 17 NEIMs e 165 crianças imigrantes. O NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues tem 28 matrículas de crianças imigrantes e é localizado no bairro Ingleses do Rio Vermelho. Em seguida, temos o NEIM Doralice Teodora Bastos, com 25 matrículas, localizado no bairro Canasvieiras. O NEIM Gentil Mathias da Silva e o NEIM Ingleses I também se destacam, com 23 e 22 matrículas, ambos localizados no bairro Ingleses Norte. O NEIM Clair Gruber de Souza tem a presença de 14 crianças imigrantes, localizado no bairro Canasvieiras, e, por fim, o NEIM Stella Maris Correa Carneiro, com 13 crianças imigrantes, localizado no bairro Ponta das Canas. Na região Norte da ilha não há nenhum NEIM que não tenha a presença de crianças imigrantes.

Tabela 9 - Número de estudantes por nacionalidade da educação infantil da rede pública da região Norte de Florianópolis - 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pág.: 4

Data: 29/05/25

Hora: 10:27:07

ALU035_8105

Anual

Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025

Educação Infantil - Rede

Região Municipal: NORTE

Seq	Unidade Escolar	Brasileira	Estrangeira	T o t a l
1	EBM PROFESSORA NEUZA PAULA DA SILVEIRA	145	4	149
2	NEIM MARIA TEREZINHA SARDÁ DA LUZ	60	1	61
3	NEIM MARIA SALOMÉ DOS SANTOS	113	3	116
4	EBM ALBERTINA MADALENA DIAS	23	1	24
5	EBM JURERÉ	60	5	65
6	NEIM MARIA ELENA DA SILVA	114	1	115
7	NEIM DORALICE TEODORA BASTOS	261	25	286
8	NEIM VICENTINA MARIA DA COSTA LAURINDO	119	4	123
9	NEIM STELLA MARIS CORREA CARNEIRO	275	13	288
10	NEIM PROFESSORA SUELI GADOTTI RODRIGUES	547	28	575
11	NEIM INGLESES I	393	22	415
12	NEIM LUIZ PAULO DA SILVA	134	7	141
13	NEIM DORALICE MARIA DIAS - NEIM DO FUTURO	269	5	274
14	NEIM VILA UNIÃO	175	3	178
15	NEIM HERMENEGILDA CAROLINA JACQUES	195	6	201
16	NEIM CLAIR GRUBER SOUZA	273	14	287
17	NEIM GENTIL MATHIAS DA SILVA	378	23	401
Total da Região		3.534	165	3.699

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

Na região Oeste da Ilha há 7 NEIMs e 20 crianças imigrantes. O NEIM que mais conta com a presença dessas crianças é o NEIM Orlandina Cordeiro - NEIM do futuro, com 7 crianças imigrantes e os NEIMs Vila Cachoeira e Barreira do Janga, todos localizados no bairro Saco Grande. Há apenas um NEIM nessa região que não possui matrículas de crianças imigrantes, sendo este o NEIM Judite Fernandes de Lima, localizado no bairro João Paulo.

Tabela 10 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública da região Oeste de Florianópolis - 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pág.: 5

Data: 29/05/25

Hora: 10:27:07

ALU035_8105

Anual

Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025

Educação Infantil - Rede

Região Municipal: OESTE

Seq	Unidade Escolar	Brasileira	Estrangeira	T o t a l
1	NEIM SOL NASCENTE	58	2	60
2	NEIM VILA CACHOEIRA	212	4	216
3	NEIM ORLANDINA CORDEIRO - NEIM DO FUTURO	273	7	280
4	NEIM JUDITE FERNANDES DE LIMA	145	0	145
5	NEIM RAUL FRANCISCO LISBOA	79	1	80
6	NEIM ALTINO DEALTINO CABRAL	50	2	52
7	NEIM BARREIRA DO JANGA	185	4	189
Total da Região		1.002	20	1.022

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

No Sul da ilha, temos 20 NEIMs e 92 crianças imigrantes. O NEIM com a maior presença de crianças imigrantes é o NEIM Anna Spyrius Dimatos, com 14 crianças imigrantes, localizado no bairro Tapera. A seguir, temos o NEIM Armação, com 12 crianças imigrantes, localizado no bairro Armação do Pântano do Sul. O NEIM José Rodrigues Willamil - NEIM do futuro também se destaca, tendo a presença de 9 crianças imigrantes, localizado no bairro Tapera. Por fim, temos dois NEIMs com 8 crianças imigrantes cada, o NEIM Professora Alessandra Abdalla, localizado no bairro Tapera e o NEIM Caetana Marcelina Dias, localizado no bairro Ribeirão da Ilha. Nessa região, temos apenas um NEIM sem a presença de crianças imigrantes, o NEIM Costa de Dentro, localizado no bairro Pântano do Sul, em um local bem isolado da ilha.

Tabela 11 - Número de estudantes por nacionalidade na educação infantil da rede pública da região Sul de Florianópolis - 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pág.: 6

Data: 29/05/25

Hora: 10:27:07

ALU035_8105

Anual

Nº de Estudantes por Nacionalidade - Ano de 2025

Educação Infantil - Rede

Região Municipal: SUL

Seq	Unidade Escolar	Brasileira	Estrangeira	T o t a l
1	NEIM JOSÉ RODRIGUES WILLAMIL - NEIM DO FUTURO	227	9	236
2	NEIM ANIRSON ANTÔNIO DAS CHAGAS	210	4	214
3	EBM COSTA DE DENTRO	30	0	30
4	NEIM ZILDA ARNS NEUMANN	190	1	191
5	NEIM PÂNTANO DO SUL	41	2	43
6	NEIM PROFESSORA ALESSANDRA ABDALLA	97	8	105
7	NEIM IDALINA OCHOA	144	5	149
8	NEIM CAETANA MARCELINA DIAS	241	8	249
9	NEIM FRANCISCA IDALINA LOPES	124	2	126
10	NEIM ARMAÇÃO	210	12	222
11	NEIM ANNA SPYRIUS DIMATOS	241	14	255
12	NEIM CAIEIRA DA BARRA DO SUL	63	1	64
13	NEIM MARIA NAIR DA SILVA	143	6	149
14	NEIM PEQUENO PRINCIPE APAM	217	3	220
15	NEIM DIAMANTINA BERTOLINA DA CONCEIÇÃO	107	1	108
16	NEIM MARCELINO BARCELOS DUTRA	47	2	49
17	NEIM MONTEIRO LOBATO	106	2	108
18	NEIM CAMPECHE	213	3	216
19	NEIM IRMÃ SCHELLA	129	2	131
20	NEIM POETA JOÃO DA CRUZ E SOUSA	171	7	178
Total da Região		2.951	92	3.043

Fonte: dados elaborados e fornecidos pela PMF/SME, 2025.

No total, dos 92 NEIMs presentes no município, apenas 3 não possuem a presença de crianças imigrantes. Portanto, se conclui que na rede temos muitas crianças pequenas que não nasceram no Brasil e que migraram para Florianópolis bem pequenas, considerando que a idade da educação infantil é dos 0 aos 5 anos.

Independente da maneira como vieram para Florianópolis, essas crianças participaram dos movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida em idades muito novas. Considerando que uma mudança não é coisa fácil de se realizar com uma criança pequena, a necessidade dos pais de saírem de seus locais de origem deve ter sido grande o suficiente para realizarem uma movimentação de grande escala com uma criança entre os 0 e 5 anos.

Ao analisarmos os dados disponibilizados pela Prefeitura, observamos que os NEIMs que mais tem a presença de crianças imigrantes estão localizados em regiões onde o aluguel é

mais barato, muitas vezes perto ou dentro de comunidades ou em bairros afastados do centro da cidade. Bairros onde a maior parte da classe trabalhadora de Florianópolis reside. Portanto, as famílias imigrantes que vêm para a cidade, possuem trabalhos cujo salário não as permite morar em locais mais valorizados da cidade.

Apesar de não sabermos quem são essas crianças e suas famílias, qual a situação individual de cada uma, da onde são e porque vieram para cá, a partir de uma pesquisa¹ realizada pelo TMT na Universidade Federal de Santa Catarina que participamos como bolsista PIBIC entre 2022 e 2024 podemos ter uma ideia dos motivos dessas famílias que as fizeram deixar sua cidade natal.

Considerando que a cidade de Florianópolis é constituída pela forte presença de migrantes nacionais, visto a grande leva de pessoas que vem para a ilha em busca de trabalho e uma vida melhor, consideramos importante destacar aqui a presença das crianças migrantes nacionais. Estes dados foram coletados a partir da pesquisa que foi realizada em 5 escolas, sendo que os dados sobre a infância e a migração foram coletadas no NEIM do Futuro Doralice Maria Dias, localizada no norte da ilha no bairro Vargem do Bom Jesus, e a outra nos anos iniciais, na Escola Básica Maria Conceição Nunes, localizada também no norte da ilha no bairro São João do Rio Vermelho.

A coleta de dados foi realizada a partir de questionários direcionados aos pais/responsáveis das crianças com questões relacionadas à reprodução social e, a partir da pergunta 23, o questionário se direciona somente às famílias migrantes e imigrantes. De todos os questionários respondidos, 74% eram famílias imigrantes, vindo principalmente do Rio Grande do Sul, do interior de Santa Catarina, do estado de São Paulo e do Paraná. A parcela de imigrantes internacionais é pequena e aparece mais nos questionários dos Anos Iniciais. Quase 50% das famílias migrantes, quando questionadas sobre como ocorreu a migração, relatam que primeiro um membro da família veio sozinho para Florianópolis, sendo depois seguido pelo restante de sua família. No questionário destinado à educação infantil, o

¹ A pesquisa em questão foi e está sendo realizado pelo grupo do TMT (Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho) vinculado ao Centro de Educação da UFSC. Intitulada “Educação escolar, reprodução da classe trabalhadora e transformações no mundo do trabalho”, tem como objetivo geral: compreender como se configura a reprodução da classe trabalhadora, particularmente em sua expressão na escola pública, diante das atuais transformações no mundo do trabalho. A pesquisa é coordenada pela Profª. Dra. Soraya Franzoni Conde e tem a participação de oito professoras(es) pesquisadoras(es), cinco estudantes de graduação e dez estudantes de pós-graduação e um participante externo à UFSC. Tem parceria com a Universidade de Brasília, com a Universidade Federal de Goiânia e com a Universidade Federal de Pelotas, além de contar com a parceria de duas instituições internacionais, sendo estas a Università Ca’ Foscari de Venezia e a City University of New York. A pesquisa tem também como um dos objetivos refletir sobre a relação entre a educação e mundo do trabalho a partir da condição de estudo de crianças, jovens e adultos imigrantes matriculados na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis, SC.

membro da família que migrou primeiro aparece, majoritariamente, como sendo o pai (30%), dado diferente em relação aos Anos Iniciais, onde a mãe parece ser o membro que migra primeiro (22%). Estes e estas, respectivamente, chegaram de ônibus e de carro, seguido pelo avião.

Um dos principais motivos, em ambos os questionários, que ocasionou o deslocamento dessas famílias para Florianópolis foi por motivos relacionados ao mercado de trabalho, em busca de um trabalho melhor e, respectivamente, um salário melhor, seguido pela violência que também se mostrou como um motivo da mudança, além de como o acesso a serviços públicos ruins, medo de passar necessidade e separação matrimonial. É importante destacar que a maioria dos motivos se encontram no âmbito da preocupação pela condição de vida das famílias, principalmente dentro dessa faixa etária. Essa preocupação se acata também à escolha pelos bairros onde as pesquisas foram realizadas, cujo maioria fez essa escolha devido à proximidade de familiares próximos/amigos. A condição do trabalho e o apoio familiar e social aparecem como um dos principais determinantes na hora de realizar as escolhas.

Em relação a escolha da cidade, a maioria das famílias, tanto as da EI (educação infantil) quanto as dos AI (anos iniciais), vieram para Florianópolis por conta de ofertas de emprego e salários melhores, apesar de que os dados coletados apontarem que, principalmente para as famílias da EI, 83%, recebiam o mesmo ou um salário muito parecido no seu antigo local de moradia. Já para as famílias dos AI, 73% relataram que seus salários haviam melhorado após a vinda para Florianópolis. Apesar das dificuldades que há em uma mudança de cidade, tudo indica que as famílias de ambas faixas etárias estão felizes em Florianópolis e pretendem ficar aqui pelo futuro próximo.

Em relação às crianças, os dados coletados nos apontam que mais da maioria das crianças (59%) nasceu em Florianópolis, portanto são consideradas migrantes de segunda geração, sendo os seus pais migrantes de primeira geração, portanto os pais se deslocaram antes de terem seus filhos ou antes destes terem a idade para começar na EI, pois mais da metade residem na cidade há mais de 6 anos. Excluindo as crianças que nasceram na ilha, o segundo maior local de nascimento é estado do Rio Grande do Sul, totalizando 15,6% das respostas. Em terceiro, apesar de serem porcentagem muito baixas, aparece o estado de São Paulo (2,6%), depois Mato Grosso do Sul (2,6%), outras cidades de Santa Catarina (1,9%) e Roraima (1,9%).

Como mencionado anteriormente, a presença de migrantes nacionais é expressiva na cidade de Florianópolis e isso se evidencia também ao olharmos para a origem dos pais e das

crianças. Em relação às crianças imigrantes internacionais, nessa pesquisa, as únicas nacionalidades estrangeiras que aparecem são da Venezuela e da Colômbia, com porcentagens pequenas, 1,9% e 0,6%, respectivamente.

Ainda e conforme relatamos, um dos principais motivos é a busca por um trabalho melhor e, conseqüentemente, uma vida melhor. Vivemos em um mundo onde pais de crianças bem pequenas se veem obrigados a deixar suas casas, se mudar para um país diferente, em uma cidade estranha repleta de pessoas desconhecidas. As crianças não estão isoladas das relações e da classe social que pertencem, ou seja, elas participam e sofrem o processo social que atravessa a vida de suas famílias e de toda humanidade. Novamente nos questionamos se as migrações econômicas que são caracterizadas como voluntárias são, de fato, uma escolha. Qual a possibilidade da escolha entre ficar e passar necessidades ou migrar e tentar uma vida melhor?

1.3 A situação atual do refúgio infantil

Considerando o momento em que estamos vivendo, onde guerras e genocídios vêm ocorrendo, onde a Faixa de Gaza virou alvo de bombas e tiroteios, onde populações em massa estão sendo assassinadas, onde milhares e milhares de crianças que, se não forem mortas, são “Impossibilitadas de migrar e de se refugiar em territórios para além da Faixa da Gaza, muitas sobreviventes são cercadas e tidas como reféns, prisioneiras e separadas de suas famílias. Em meio aos escombros, civis migram ao Sul em busca de refúgio e padecem como iscas de uma guerra desproporcional, cruel e inaceitável” (Conde, Santos, Lopes, 2023, p. 2).

Neste sentido, não podemos deixar de abordar, neste trabalho, a presença da população que se vê obrigada a deixar sua casa, seu país, seus familiares, fugindo de situações que colocam a sua vida em risco e pede refúgio. Sobre a população deslocada a força e refugiada, de acordo com dados da ACNUR, “No final de 2023, dos 117,3 milhões de pessoas deslocadas à força, estima-se que 47 milhões (40%) sejam crianças menores de 18 anos” (ACNUR, 2024, tradução nossa). De acordo com dados da *Migration Data Portal*, em um âmbito global, os 51.700 de novos pedidos de asilo em 2022 foram de crianças desacompanhadas ou separadas de suas famílias. Isso demonstra que o refúgio como uma forma forçada de deslocamento em situações de violência extrema, desde a infância, não são exceções no sistema capitalista, neste sentido, consideramos que o refúgio se configura hoje como uma forma contemporânea de reprodução da forma capitalista que, ao explorar as

forças da natureza em benefício de suas intenções e expansão econômicas, cria guerras, catástrofes, enchentes, etc. e, assim, amplia a massa de trabalhadores e trabalhadoras expropriadas e disponíveis às formas aprofundadas de exploração no mercado de trabalho.

No Brasil, entre 2022 e os primeiros meses de 2024, quase 140 mil pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, um aumento de 117% desde 2022, totalizando, desde 2011, 406.695 solicitações (OBMigra, 2024). Mais da metade eram venezuelanos, seguidos de cubanos e angolanos. Em 2023, 58,5% eram homens e 41,5% eram mulheres e, de acordo com o ACNUR, assustadoramente, 44,3% eram indivíduos que tinham entre 0 e 18 anos. O estado que mais tem recebido refugiados é Roraima, principalmente pela proximidade com países vizinhos.

Em relação às pessoas em busca de refúgio, a região Sul está em terceiro dentre os principais destinos, sendo superada pelas regiões Norte e Sudeste. Apesar da proximidade com certos países, as nacionalidades daqueles que solicitaram refúgio entre 2022 e 2023 na região sul foram os cubanos, que apresentaram um aumento de 64% nos respectivos anos, os venezuelanos, os guianenses, os surinameses e, por último, os argentinos, que são a única nacionalidade que faz fronteira com a região Sul. Os principais destinos dessas pessoas são Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Chapecó (SC) e Foz do Iguaçu (PR) e entre janeiro e junho de 2024 estas respectivas cidades receberam 1.648; 516; 216 e 211 solicitações (OBMigra, 2024). Esses dados iluminam uma questão muito importante: o acolhimento e a proteção dessas pessoas que se encontram em situações tão fragilizadas, assim como algo mais amplo, como o olhar crítico em relação ao aumento das solicitações de refúgio, as suas origens e outras questões que denunciam os conflitos sociais, políticos e econômicos, internacionais e nacionais.

Considerando os dados e as informações que foram analisadas, podemos perceber que o registro das crianças imigrantes e refugiadas ainda é tímido e aparece em alguns poucos relatórios. As crianças refugiadas, sobretudo, são resumidas a números e estatísticas, suas vidas e vivências desconsideradas. Os relatórios oficiais do governo nos deixam sem muitas informações sobre quem são essas crianças, da cidade em que nasceram, como vieram para o Brasil, com quem, onde moram, se vão para a escola, se brincam, se tem a sua infância respeitada, o que reitera a importância de mais pesquisas sobre esta realidade.

A partir dos dados apresentados, percebemos que a imigração internacional adulta e infantil está em crescimento e que o Brasil tem sido destino de muitos imigrantes em busca de trabalho, principalmente os venezuelanos e os haitianos. As mulheres e as crianças imigrantes, nos últimos anos, começaram a se movimentar mais, saindo de seus países de

origem em busca de uma vida melhor. As crianças aparecem nos dados e nos mostram que a sua presença tem crescido, assim como a sua presença nas instituições públicas de educação, devido ao aumento de matrículas de crianças estrangeiras. Na cidade de Florianópolis, são poucas as instituições públicas de educação infantil que não contam com a presença de crianças imigrantes, além da grande presença de crianças migrantes nacionais. O refúgio infantil também tem sido mais recentemente colocado em pauta, devido ao grande aumento das solicitações de reconhecimento de refúgio da população menor de 18 anos, mundialmente e nacionalmente.

CAPÍTULO 2 - Uma análise bibliográfica das produções acadêmicas sobre educação e a migração infantil internacional

Diante do contexto atual da imigração e a partir dos dados apresentados, compreendemos que a imigração e a educação da criança imigrante são um tema muito pertinente e que precisa ser levado em consideração ao falarmos das transformações da sociedade. Dito isso, foi possível, também, observar a invisibilidade das crianças nos dados oficiais atuais sobre imigração, que aparecem de vez em quando e de maneira rápida e rasa. Em nenhum momento percebemos que a infância imigrante é reconhecida como um problema social que atinge sujeitos individuais com direitos, gostos, medos, escolhas e angústias. Quando aparecem, estão em forma de números genéricos ou como anexos de suas famílias. Portanto, nos questionamos: como podemos saber mais dessas crianças? Como entrar em contato mais próximo delas? Decidimos, então, realizar uma análise bibliográfica das produções acadêmicas brasileiras, a fim de descobrir o que os autores e as autoras têm a nos dizer sobre a imigração infantil e de que forma essas crianças ocupam (ou não) os ambientes escolares.

Neste capítulo, iremos analisar as produções acadêmicas brasileiras que tratam sobre a imigração infantil e a educação. Primeiramente, realizamos uma busca nas plataformas Google Acadêmico e *Scielo* a fim de localizar artigos sobre o tema em questão, produzidos entre os anos de 2017 e 2024. O recorte temporal é devido a criação da Lei da Migração em 2017. Realizamos a pesquisa a partir dos descritores “imigração”, “infância”, “educação infantil”. A partir dos resultados, encontramos 23 artigos e realizamos uma breve análise destes, selecionando então 13 que se encaixavam mais com a proposta do trabalho, que analisamos de maneira íntegra para a realização deste trabalho.

Título	Autores	Universidade	Ano
A crescente imigração no Brasil e seus reflexos na escola pública	Rômulo Sousa de Azevedo Claudia Tavares do Amaral	Instituto Federal de Goiás	2018
Crianças migrantes dos países africanos na educação infantil paulistana: entre o acolhimento e a exclusão	Flávio Santiago	Universidade de São Paulo	2022
Crianças imigrantes na educação infantil: o que dizem as pesquisas brasileiras	Fernanda Cargnin Gonçalves Daniel Catarina Moro	UERJ	2022
Um "balanço" sobre a acolhida de crianças e famílias imigrantes em uma escola de educação infantil na região metropolitana de Porto Alegre	Marilusa Gonçalves da Silva		2022
A invisibilidade da criança imigrante no atendimento educativo da rede pública de ensino de Ponta Grossa (PR)	Marilúcia Antônia de Resende Peroza Natália Mendes dos Santos	UFG	2021
O trabalho do professor com crianças imigrantes e refugiadas: um estudo teórico do contexto brasileiro	Rômulo Sousa de Azevedo Claudia Tavares do Amaral	UNIUBE	2021
Coordenação pedagógica e o acolhimento na educação infantil em contextos de imigração e refúgio	Marilene Sales de Melo	Universidade Federal de São Carlos	2021

Infância e cidadania: invisibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância	Maria Leticia Nascimento; Carolina Grandino Pereira de Moraes	FEUSP; GEPSI	2020
Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos	Kátia Cristina Norões	UFES	2021
Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões	Maria Leticia Nascimento; Carolina Grandino Pereira de Moraes	USP	2021
Imigração e educação infantil: análise da relação entre a EMEI e família a partir do relato de uma mãe boliviana	Adriana de Carvalho Alves Braga; João Clemente de Souza Neto; José Paulo Ferreira dos Santos.	UFSC e Prefeitura de São Paulo	2021
Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis	Soraya Franzoni Conde; Karina Strohhaecker Lisa Alcubierre	UFSC	2018
Migrações e educação: crianças indígenas Warao em Roraima	Deborah Esther Grajzer; Luciane Maria Schlindwein	UFSC	2023

O levantamento dos 13 artigos nos mostrou que apesar de não haver muitas produções, o tema está sendo cada vez mais pesquisado e que muitas produções estão por vir. Após uma breve análise da planilha de artigos, foi possível perceber que os autores utilizam muitos dados e informações de organizações sociais, como: ACNUR, UNICEF, CONARE, ONU e UNESCO. Nas referências, foi possível perceber uma repetição maior de certos autores e autoras, sendo estes: Baeninger; Bauman; Waldman; Abramowicz; Norões; Magalhães; Sayad; Haddad; Cavalcanti; Candau; Silva; Freitas; Qvortrup; Demartini; Siller; Lorzing; Braga; Nascimento; Bhabha; Oliveira; Souza; Rosemberg; Fleuri e Elias. Os autores clássicos mais utilizados foram: Marx; Engels; Thompson; Harvey; Freire; Foucault;

Bourdieu; Aríes; Vygotski; Mészáros; Chomsky; Gramsci e Rousseau. A grande maioria de produções acadêmicas foram produzidas em universidades federais e estaduais do Brasil, sendo as principais: UFSC; USP; UFSCar Sorocaba; UERJ; PUC-SP; Universidade Federal de São Carlos e UFRGS.

Este capítulo está organizado a partir dos temas que mais apareceram dentro das produções sobre imigração infantil, trazendo as considerações dos autores e das autoras acerca do tema.

2.1 A imigração na formação social do Brasil

Os autores Rômulo Sousa de Azevedo e Cláudia Tavares do Amaral no artigo *O trabalho do professor com crianças imigrantes e refugiadas: um estudo teórico do contexto brasileiro* (Azevedo, Amaral, 2021), compreendem que essa realidade, de ter crianças imigrantes e refugiadas dentro das instituições educacionais não é recente. O Brasil foi marcado pelas imigrações europeias que, conforme o crescimento do império, vinham para o país a trabalho. Após a abolição da escravidão, o Brasil se viu com mais uma força de trabalho, porém esta era vista de maneira muito diferente dos europeus. De acordo com os autores

O início do trabalho livre não foi o mesmo processo para a população negra que havia sido escravizada e para os trabalhadores europeus. Para estes, a mensagem passada era de que seriam donos da própria terra e poderiam gerar riquezas (MARTINS, 2010). Temos, com isso, o primeiro cenário de antagonismo: empregadores, em sua maioria grandes fazendeiros, movidos pelo racismo e pela perda de força de trabalho, rejeitam a população negra recém-liberta como trabalhadores livres e assalariados, colocando-os à margem da sociedade. É por meio desse antagonismo que o país se abre para os imigrantes (Azevedo, Amaral, p. 6, 2021).

O Brasil, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste do país, passa então a receber imigrantes de vários locais de origem, sendo estes, principalmente, os alemães, portugueses, japoneses, italianos e poloneses. A política migratória do século dezenove tinha dois principais objetivos: enriquecer o país através da produção de matéria prima, principalmente do café, e embranquecer a população. Isso fica mais explícito ainda quando há uma proibição na entrada de imigrantes africanos e chineses. Porém, a ideia e o desejo de ter uma cultura única, baseada na cultura europeia, gerou uma oposição do lado dos europeus, que não queriam se misturar entre si e, muito menos, com a cultura brasileira. Essa oposição foi muito forte, principalmente, no âmbito educacional visto que cada nacionalidade já tinha

tradições em relação ao ensino. Portanto, cada grupo criou uma comunidade escolar própria, tirando os portugueses e espanhóis que optaram por estudar nas escolas brasileiras, enquanto os outros construíram escolas separadas onde o ensino era administrado como era de costume do país de cada um. Também conhecidas como escolas étnicas, elas começaram a se espalhar pelo país e, apesar de terem existido resistências por parte do governo brasileiro, teve um grande crescimento devido à falta de escolas públicas oferecidas pelo governo (Azevedo, Amaral, 2021).

As escolas étnicas dominaram o cenário da educação por muitos anos, até meados de 1930, quando um forte movimento nacionalista se instaurou no país e que, entre 1938 e 1939 todas elas foram fechadas ou reformadas e transformadas em escolas públicas, a fim de reconstruir uma nacionalidade brasileira, baseada na língua portuguesa e em costumes brasileiros. Portanto, agora as escolas brasileiras estavam cheias de alunos imigrantes, com culturas diversas e diferentes. No entanto, o ensino proposto não era diverso e muito menos inclusivo, provocando um processo de exclusão dos alunos imigrantes. Os autores concluem que

se hoje há alunos imigrantes e refugiados nas escolas, esse processo começou no século XIX, com a expansão do território brasileiro, o fim do sistema escravista, a entrada de imigrantes europeus no país para o trabalho nas lavouras de café, a política de branqueamento, a construção de escolas étnicas e a aplicação de políticas nacionalistas que, posteriormente, forçaram o fechamento dessas escolas, acarretando na entrada, em grande proporção, de crianças imigrantes nas instituições brasileiras (Azevedo, Amaral, 2021, p. 8).

Em suas análises, Azevedo e Amaral (2021), se baseiam no entendimento de Marx em relação às chamadas migrações econômicas. Compreende-se que é através do trabalho que o ser humano se constitui e constrói a vida, porém, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho passou a ser uma atividade alienada, desprovida de criação, baseada na exploração da força de trabalho e de matéria-prima. Com a globalização e a expansão do capitalismo, o sistema do capital começa a forçar pessoas a migrarem para outros países em busca de um trabalho melhor e um assalariamento mais satisfatório. Essa migração, por mais que seja vista como voluntária, aos olhos dos estudiosos, não deixa de ser uma migração forçada pelo capitalismo, que impossibilita que as pessoas tenham trabalhos que as permitam reproduzir a sua vida social e, por não conseguirem vender a sua força de trabalho, obriga que estas estejam em constante movimento.

Os autores nos indagam se, de fato, as pessoas que migram em busca de trabalho não são também pessoas que precisam de respaldo dos governos, como os refugiados, por exemplo. Se essa migração caracterizada como “econômica” deveria ser considerada uma

migração forçada visto que, a maior parcela da população que migra para vender a sua força de trabalho em outro país, são pessoas marcadas pela vulnerabilidade e pelas desigualdades sociais em seu país de origem e, ao chegarem em seu novo destino, são submetidas, mais uma vez, as mesmas injustiças, muitas vezes caindo em esquemas que remontam formas análogas à escravidão. Essas pessoas caem nas tramas do capital, que tece a sua teia repleta de exploração, desigualdade, precariedade e força de trabalho barata (Azevedo, Amaral, 2021).

O outro tipo de imigração que é causada por guerras, conflitos armados, violação dos direitos humanos e crise humanitárias, gera pessoas refugiadas, que migram em busca de proteção e segurança em outros países. Os venezuelanos são um exemplo muito presente, visto que grande parte dessa população está fugindo da crise político-econômica, assim como dos conflitos armados resultantes dessas crises.

Os fluxos migratórios, sejam estes “voluntários”, forçados ou devido a “desastres naturais”, que mais são resultado da falta de estrutura de prevenção e de ações pós desastre, como é o caso dos haitianos, acabam por impactar o sistema educacional dos países que recebem essas crianças, demandando um novo modelo de educação, a fim de acolher os refugiados e imigrantes. Essas crianças carregam diferentes individualidades como a língua, costumes, cultura, traumas e muitas dores. Dentro das salas de aula podemos ter desde crianças brasileiras de classe média até uma criança refugiada da Venezuela que viu um familiar sendo morto ou uma criança haitiana que viu sua casa em ruínas (Azevedo, Amaral, 2021).

Entretanto, antes de falarmos sobre a educação, temos que questionar o nosso pensar como sociedade, visto que vivemos em uma era extremamente individualista. Para Conde e Alcubierre (2023) os diferentes jeitos de ser e viver, os costumes,

[...] a cultura aparece não como oriunda das formas materiais, estruturais e reais de vida, que podem ser transformadas, mas sim como algo herdado biologicamente ou por tradições estanques, portanto, imutável. De acordo com esse pensamento, pobres são pobres por conta de hábitos relativos à cultura e à educação. Não conseguem poupar e ter disciplina de trabalho e economia. Com esse entendimento, as estruturas sociais são preservadas, pois a crítica se dirige ao indivíduo, e não à sociedade. Por de trás dessa compreensão, encontra-se uma compreensão racista e inatista de educação, cultura e desenvolvimento humano (Conde, Alcubierre, 2023, pg. 6).

Portanto, ao tratar da educação de crianças imigrantes que chegam em novos territórios e escolas, é necessário rever a concepção de cultura, de trabalho e de vida, de forma que outras formas de produção da vida e, portanto, de cultura sejam entendidas como parte da diversa totalidade humana. A valorização de apenas uma forma (dominante, branca,

elitista, ocidental) de vida e de cultura acaba por fomentar formas históricas de preconceito, racismo e xenofobia.

2.2 Concepção de criança e de infância

Peroza e Santos (2021) no artigo intitulado *A invisibilidade da criança imigrante no atendimento educativo da rede pública de ensino de Ponta Grossa/PR*, contextualizam sobre as mudanças e de como a infância é concebida hoje em dia por alguns estudiosos.

Do adulto em miniatura (ARIÈS, 2011), passando pela percepção de suas especificidades (ROUSSEAU, 2014), até a compreensão da criança como sujeito de direitos, esboça-se uma trajetória de lutas e buscas de educadores, intelectuais e pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento, pelo reconhecimento da dignidade humana da criança e do seu direito a uma infância respeitosa (DALLARI; KORCZAK, 1986). Nesse caminho, a criança, aos poucos, foi saindo do anonimato social, do lugar de quem não tem voz, sentido etimológico da palavra infância, para a máxima expressão de sua condição humana, de autonomia e participação (SOARES, 2005) (Peroza, Santos, 2021, p. 733).

No artigo *(In) visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância*, Nascimento e Morais (2020) compreendem que as crianças são sujeitos históricos, ativos e produtores de sua própria cultura, são cidadãs e possuem direitos. Estas são influenciadas pelos acontecimentos do mundo, sejam estes políticos, sociais, econômicos, etc. Elas constroem e estabelecem relações com outras crianças e com os adultos, se relacionam com a cultura e os costumes e, a partir disso, reproduzem e produzem culturas da infância, transformando com personalidade e criatividade o espaço que ocupam e, ao fazer isso, se constituem como seres humanos.

Como mencionado, são sujeitos de direitos embasados por legislações internacionais e nacionais, portanto devem ser consideradas individualmente, precisam ser vistas como sujeitos próprios e não como um anexo dos adultos. As autoras destacam que em meio a tantas pesquisas sobre o mundo adulto, as crianças, que ocupam também esses espaços onde estão os adultos, passam despercebidas, resultando em uma escassez de pesquisas sobre os mundos e sujeitos infantis em contexto de migração, principalmente quando essas crianças têm menos de cinco anos.

As autoras citadas acima ainda discutem como as crianças e a infância eram comumente vistas como uma época passageira, como um sujeito inacabado em busca de se tornar um adulto, concepção que ditou durante muitos anos um modelo educacional. O

“infantil” passa a carregar consigo uma conotação negativa, como se fosse algo que não tivesse se desenvolvido nos olhos da sociedade.

A infância por muito tempo foi invisibilizada por uma sociedade adultocêntrica, que não a via como um período indispensável na construção e no desenvolvimento do ser humano. Tal concepção vem do entendimento de que há uma fragilidade imensa que encobre as crianças e que estas precisam da proteção dos adultos. De fato, não é possível negar que as crianças necessitam de pessoas responsáveis para que possam navegar pelo mundo, porém isso não quer dizer que o sujeito infantil esteja e seja o mesmo que o sujeito adulto, portanto a elaboração de direitos precisa ser diferente. A criança precisa ser vista como sujeito individual, que possui suas características, suas culturas, seus costumes, seus gostos e desgostos, que pode influenciar e ser influenciada pelo mundo que a rodeia, transformando-o conforme atua sobre ele (Nascimento, Moraes, 2021).

Norões (2018; 2021) problematiza a concepção de criança e de infância, se baseando em alguns autores e trazendo à tona como vivemos em um mundo adultocêntrico e como isso acaba por prejudicar e impedir que as pesquisas sobre migração infantil sejam realizadas por falta de informações e dados específicos e coerentes com as realidades infantis, o que acaba por afetar, também, a formulação de políticas públicas destinadas a essa parcela da população.

A autora entende que “[...] as políticas públicas direcionadas a migrantes, refugiados, apátridas, não tem se diferenciado no caso das crianças e adolescentes, pois ora se configuram para inibir, dificultar ou mesmo proibir o acesso aos direitos fundamentais e humanos, ora acolhem algumas demandas, mas pouco se detém ou priorizam fatores como idade ou fase de vida” (Norões 2018,2021, p. 427). Para Nascimento e Moraes (2021), é preciso reconsiderar a maneira como se entende a infância e o que significa ser uma criança no mundo de hoje, que é repleto de complexidades e conflitos, causadores dos movimentos e fluxos migratórios.

Portanto, partindo do pressuposto de que as crianças são sujeitos de direitos e que estas são ativas em relação à suas vidas, que recriam e criam suas próprias culturas, no processo de migração estas são igualmente ativas apesar de, na maioria das vezes, serem obrigadas a migrarem. Peroza e Santos (2021) entendem que, ao falarmos da inserção escolar de uma criança imigrante, precisamos antes considerar de onde veio, seu contexto social, sua cultura e outros aspectos que, até então, faziam parte da sua vida social e familiar. No momento em que se atenta a isso, é possível ver também como, na maioria das vezes, essas pessoas são excluídas e marginalizadas devido ao seu local de origem, sua cultura e sua

língua. São os processos de exclusão presentes na ausência de políticas públicas direcionadas a essa população que evidenciam uma lacuna no serviço público e no atendimento dessas pessoas, que é “garantido” por lei. As autoras entendem que “[...] a exclusão é um dos elementos que fundamentam os processos de invisibilização de indivíduos e/ou de grupos [...]” (Peroza; Santos, 2021, p. 734) e para elas a invisibilização, um processo ainda mais profundo, resulta em um apagamento do sujeito, o não reconhecimento da sua existência.

2.3 A criança imigrante como sujeito ativo

No artigo *Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis*, as autoras Conde e Alcubierre (2018) nos mostram a importância da participação ativa das crianças migrantes nas pesquisas acadêmicas e como, a partir de seus relatos e vivências, é possível adentrar em como essas crianças entendem e sentem os processos migratórios. Para as autoras “[...] a participação ativa da criança na pesquisa enquanto sujeito social nos permitiu compreender que a criança não é um mero objeto a ser estudado, observado, analisado e descrito. Ao contrário, a criança é um sujeito capaz de exprimir pensamentos e ideias, analisar contextos vividos e não vividos, e em sua voz está comprimida uma particularidade social que revela aspectos da universalidade dos fenômenos” (Conde; Alcubierre, 2018, p. 359).

As autoras relatam que não é uma prática comum escutar as vivências e experiências de crianças migrantes nas pesquisas. Além do baixo número de produções sobre esse tema em específico, são raras as pesquisas que têm como centralidade a escuta destas crianças. Entendem ser essencial a participação ativa dessas crianças nas pesquisas acadêmicas, pois essa participação proporciona um outro tipo de entendimento sobre como as crianças experienciam o fenômeno de migração.

O processo de pesquisa descrito pelas autoras nos mostra como é importante adequarmos a maneira de realizar a pesquisa de acordo com os sujeitos que estamos pesquisando. Perceberam que o conceito de migração era algo distante das crianças entrevistadas, já que sempre se utilizavam de palavras diferentes para expressar o fenômeno migratório, como “viajar”, “mudar”, “estar de férias”, etc. A partir das perguntas feitas pelas autoras, em momentos descontraídos para as crianças, percebeu-se um grande interesse por parte destas de contar sobre a sua vida e sobre onde elas moravam antes de vir para Florianópolis. A participação destas mostrou para as autoras como é importante que as pesquisas com crianças sejam baseadas na participação destas e da interação entre quem

pesquisa e a criança. É necessário o olho no olho e a escuta ativa para que, de fato, nos adentramos no mundo desses sujeitos.

Durante as conversas com as crianças, percebeu-se que muitas ainda não consideravam Florianópolis como um local de moradia permanente, se expressando através de falas como: “aqui não é a minha cidade, eu só tô de viagem”. Uma criança foi questionada sobre a sua família estar morando em Florianópolis e sua resposta foi que a sua família “não vai morar aqui pra sempre, não. A gente vai pra Bahia. Eu tô de férias aqui. No outro dia eu vou voltar pra Bahia” (Conde, Alcubierre, 2018, p. 361). Portanto, para elas, o entendimento de migração aparecia como um momento temporário, ou seja, que voltariam a morar em suas cidades de origem.

Foi possível perceber, pelos relatos das crianças, que o principal motivo da migração das famílias foi por conta do trabalho, fato confirmado após a análise dos questionários dirigidos aos pais/responsáveis das crianças. Estes relatam que migraram por que na sua cidade de origem não tinha ofertas de trabalho ou porque o seu antigo trabalho não pagava um salário que fosse o suficiente para sustentar a família. Portanto, “Escancaram que não migram porque querem, mas migram porque necessitam sobreviver”(Conde, Alcubierre, 2018, p. 363).

Visto que a linguagem escrita ainda não é o meio de comunicação mais predominante entre as crianças pequenas, as autoras reiteram a importância de utilizar outros meios de comunicação como, por exemplo, o desenho. Para elas, o desenho é essencial na realização de pesquisas com crianças, pois é um meio de comunicação que aproxima o/a pesquisador(a) da criança, possibilitando um entendimento maior sobre como ela compreende e sente o mundo que a rodeia e que muitas vezes não consegue se expressar através de palavras.

Outro meio de comunicação utilizado foi o uso de fotos das cidades natais das crianças, assim como o aplicativo *Google Earth*. A reação das crianças ao verem essas fotos e locais onde costumavam frequentar, evidenciaram que ainda havia uma conexão emocional muito profunda, expressa através de sorrisos e da animação. As autoras compreendem que esses espaços que as crianças ocupavam em suas antigas cidades fazem parte do seu desenvolvimento e a compõem como indivíduo. Entendem que “Os referenciais infantis, como o quarto, os bichinhos de pelúcia, os amigos, a melhor amiga, as cores, a casa, são os elementos que compõem o espaço destas crianças, a pequena história de vida delas e, ao serem separadas, são afetadas e levam suas histórias consigo” (Conde, Alcubierre, 2018, p. 364).

Os relatos das crianças, de saudade e da vontade de retornar, nos mostram como a migração as afeta direta e diariamente. Assim como os adultos, sentem falta de suas coisas, de sua casa, seus amigos, seus familiares, do parque, da escola. Muitos dos relatos denunciam que “lá” elas tinham aquilo que as faziam felizes, diferente da situação “daqui”. Esses falas “[...] denunciam a realidade migratória de suas famílias que, cercadas de ilusões, não alcançam, ou demoram a alcançar as condições materiais de vida tão esperadas” (Conde, Alcubierre, 2018, p. 364).

Apesar de usarem da fantasia e da imaginação para se expressarem, as autoras relatam que as falas das crianças evidenciam como os processos migratórios afetam a elas e as suas famílias, como o trabalho é motivo central da mudança e como, na maioria das vezes, a migração acaba por ser uma obrigação e não uma escolha. A pesquisa mostra também que, mesmo através de outros meios de comunicação, escutar e olhar as crianças é essencial para que as pesquisas sobre a migração infantil retratem, da maneira que for possível, a realidade vivida por essas crianças.

2.4 A invisibilidade da criança imigrante nos dados

Algo que aparece com muita frequência nas pesquisas é a falta de dados e informações sobre a imigração infantil. Peroza e Santos (2021) entendem que o processo migratório, por suas complexidades, acaba encobrindo as histórias de vidas de milhares de pessoas, fazendo com que as crianças sejam ainda mais invisibilizadas, pois são vistas como “anexos” de suas famílias e, quando migram sozinhas, se resumem apenas em números de alguns poucos relatórios. Contraditoriamente, as crianças se mostram visíveis no fato dos dados mostrarem sua invisibilidade, visto que são poucos os dados sobre a imigração infantil nos relatórios oficiais.

Desta forma, segundo as autoras, a mínima presença das crianças nesse meio dificulta a formulação de políticas públicas que visem proteger os direitos dessas crianças. As autoras entendem que “[...] uma das dificuldades em reconhecer as situações de violação de direitos e a vulnerabilidade infantil nos deslocamentos se deve à falta de clareza e de definições sobre a migração infantil, bem como a imprecisão dos dados sobre essas crianças” (Peroza; Santos, 2021, p. 730). Quando os dados sobre a migração infantil aparecem, são rasos e simplificados e pouco utilizáveis, visto que, ao darem um número que dita a quantidade de crianças imigrantes no país, identificam que os dados não são exatamente

coerentes e estes não especificam de onde são, como vieram, com quem vieram e onde estão. Essa ausência não é somente no âmbito nacional, visto que os dados encontrados pelas autoras em relatórios de organizações internacionais, expõem as crianças apenas como números, tendo uma ausência de dados sobre os direitos e acesso de serviços básicos direcionados às crianças imigrantes e refugiadas. As autoras relatam que, “[...] ainda que haja dados, estes, muitas vezes, não apresentam detalhes precisos sobre o acesso das crianças imigrantes à educação, serviços de saúde, proteção, alimentação e moradia [...]” (Peroza; Santos, 2021, p. 730). Portanto, a presença da população imigrante infantil, mesmo não sendo em pouca quantidade, é mal representada nos relatórios oficiais, denunciando uma falta de reconhecimento da criança no fenômeno migratório.

2.5 O papel da escola e do(a) professor(a)

De acordo com a Lei da Migração, todo migrante tem direito à educação pública, independente da sua nacionalidade ou da maneira como ingressou no país, tornando o ato de impossibilitar que isso aconteça uma violação da Constituição. Como o ensino básico é obrigatório e gratuito para os indivíduos dos 4 aos 17 anos, todos podem e devem usufruir de tal, sendo estes migrantes, apátridas ou refugiados, independente da forma de como estes entraram no país. Em teoria parece muito fácil, visto que os direitos estão garantidos perante a lei, porém no Brasil nos deparamos com uma crise interna em relação à educação, onde mais de 2 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola, cerca de 5% da faixa etária correspondente. Portanto, as dificuldades transbordam para todos os lados, principalmente para as parcelas de populações mais vulneráveis (Grajzer; Schlindwein, 2023).

Segundo Conde e Alcubierre (2023), a escola para as crianças migrantes, filhos e filhas da classe trabalhadora, infelizmente também ocupa um papel de reafirmação de práticas preconceituosas, racistas e xenofóbicas. É um ambiente onde se propaga a ideia de que a população mais pobre é desprovida de cultura e de intelecto pela falta de acesso e estímulo intelectual. Coloca-se a culpa do fracasso escolar nas famílias e no indivíduo. Portanto, “Essas teorias de déficits culturais têm uma longa história e remetem a formas históricas de segregação social, como a escravidão e o racismo, que permanecem ainda cristalizadas na estrutura da sociedade burguesa, especialmente a brasileira e a norte-americana” (Conde; Alcubierre, 2023, p. 7).

Para Grajzer e Schlindwein (2023) o espaço escolar é fundamental para que trocas aconteçam, proporcionando novas maneiras de ver, compreender e ser. O papel do professor,

nesse processo, é essencial. Como mediador, possibilita interações e trocas que são essenciais para a ampliação e a transformação por parte da criança. Na escola, a criança entra em contato com os conhecimentos sistematizados e organizados, se diferenciando dos conhecimentos cotidianos, promovendo uma ampliação do pensar e do agir, assim como o desenvolvimento da consciência, possibilitando que o sujeito se aproprie daquilo que o envolve e, a partir disso, seja o produtor de sua própria cultura. Para as autoras, “A consciência individual e os aspectos subjetivos que constituem cada sujeito, elementos essenciais para o desenvolvimento humano, são forjados pelas relações sociais, culturais e históricas em que a criança está inserida” (Grajzer; Schlindwein, 2023, p. 7).

Nascimento e Moraes (2020) entendem que as escolas são um lugar central na vida das crianças, sejam estas nacionais ou imigrantes. É um lugar onde a criança se apresenta de maneira individual, onde ela está descolada do adulto. Nesse sentido, as autoras entendem que é um espaço que proporciona uma observação ativa e investigativa das crianças imigrantes e de como ocorre o acolhimento e as relações entre criança imigrante e criança não migrante e entre elas, os professores e outros adultos. Durante a pesquisa, as autoras puderam observar como as crianças imigrantes se portavam dentro da escola, como ocupavam aquele espaço e como se relacionavam com os diferentes indivíduos. Observaram o brincar e perceberam dinâmicas diferentes em relação ao gênero das crianças. Os meninos bolivianos brincavam juntos com os meninos brasileiros, principalmente jogando futebol. Já as meninas bolivianas não se juntavam às meninas brasileiras, brincando entre si de casinha, boneca, etc. Eram raros os momentos onde meninos e meninas bolivianos eram vistos juntos, dinâmica observada apenas dentro de um trio de duas meninas e um menino que sempre brincavam juntos.

Azevedo e Amaral (2018) colocam a educação e o ambiente escolar como um dos primeiros passos para a ambientação dos indivíduos que migraram, se conectando social e culturalmente com o seu novo local de residência. Consideram que, para os pais, a escola, muitas vezes, significa o começo de uma nova vida. Compreendem que, de um ponto de vista acadêmico, “[...] o ambiente escolar permite analisar a relação do imigrante e a sociedade, uma vez que é neste contexto que temas como diversidade cultural e interculturalidade estarão presentes por meio das relações entre imigrantes e professores, imigrantes e equipe gestora e imigrantes e colegas de sala de aula” (Azevedo, Amaral, 2018, p. 13).

Além disso, é possível observar no artigo, como a escola atua em relação às diferenças presentes nos diferentes contextos migratórios, referentes às diferentes etnias, idade, nível socioeconômico e nacionalidade. Os autores destacam o fato de que as

dificuldades enfrentadas no processo migratório não se encerram com a chegada da família no seu destino final, muito pelo contrário, visto que muitas crianças, adolescentes e adultos continuam enfrentando muitos desafios relacionados a sua nacionalidade, diferença cultural e linguística. Esses obstáculos podem ser percebidos até mesmo nas próximas gerações, dando vida ao termo de imigrantes de segunda e terceira geração. Os autores enfatizam a importância dos estudos relacionados ao tema da participação dos imigrantes no ambiente escolar e denunciam, à época do artigo escrito, a falta de produções acadêmicas que abordam essa temática. Compreendem que a relação professor-aluno é algo que impacta profundamente a maneira como o aluno irá se inserir no ambiente e como ele irá lidar com as situações cotidianas, além de que o professor serve como exemplo para os restantes dos alunos, possibilitando que a falta de treinamento e orientação para lidar com os alunos imigrantes possa causar uma hostilidade por parte dos alunos não migrantes (Azevedo; Amara, 2018). Essas particularidades fazem com que o trabalho do professor seja de extrema importância, pois este vai mediar as situações e as atividades de maneira que todos, mesmo esses dois tipos de crianças, se sintam incluídas e seguras.

O papel do professor, nesse processo, é essencial. Como mediador, este possibilita interações e trocas que são essenciais para a ampliação e a transformação por parte da criança. (GRAJZER; SCHLINDWEIN, 2023). Para Silva (2022) o professor ocupa um lugar de extrema importância e complexidade, pois necessita fazer com que o espaço de coletividade e que rege a escola, seja também considerado como espaço repleto de singularidades. Portanto, “[...] cabe ao professor adequar na sua prática estratégias para integrar, incluir essa criança, respeitando suas particularidades, utilizando de todas as ferramentas possíveis [...]” (Silva, 2022, p. 61).

Melo (2021) em sua pesquisa baseada na sua própria experiência como coordenadora pedagógica, destaca a importância do papel da coordenação nos processos de inclusão e realização de projetos baseados na diversidade. Relata como é essencial que a equipe docente e o restante dos profissionais tenham uma relação de troca com a coordenação e que esta esteja aberta para dialogar com as questões que lhes são compartilhadas, assim como ter a ação em prol das melhorias como prioridade. Compreende que cada instituição tem as suas peculiaridades e necessidades individuais, portanto o trabalho realizado entre a coordenação e as professoras precisa levar em consideração as suas características para que se encontre um meio a “[...] ser trilhado e, a partir daí, no diálogo constante e bem delineado entre todos os atores do cotidiano escolar, trilhar seus próprios caminhos, construindo projetos possíveis com base na realidade encontrada” (Melo, 2021, p. 7).

Outro destaque é que, se os professores não se sentem respaldados pela coordenação, a chance de mudanças necessárias acontecerem acaba diminuindo muito, visto que o professor precisa desse apoio para atuar em direção a um novo meio de acolher as diferenças e as dificuldades que os fluxos migratórios têm causado nas escolas brasileiras. A coordenação tem um papel fundamental de auxiliar e participar no processo de acolhimento, que começa muito antes das crianças chegarem, com formações, grupos de estudo através de trocas com os professores. Precisa estar e ser ativa também no acolhimento das famílias que estão confiando naquela instituição para cuidar, acolher e respeitar o seu filho.

Norões (2018; 2021) faz uma crítica da relação entre crianças imigrantes e educação. A autora relata que houve um grande aumento da presença destas crianças nas escolas públicas brasileiras, principalmente na cidade de São Paulo onde a sua pesquisa foi realizada. A autora atribui esse aumento à intensificação dos fluxos migratórios que mais recentemente tem se feito presentes na cidade, reafirmando a cidade como um polo histórico de imigrantes no Brasil.

Em sua pesquisa, a autora descobriu que o acesso de crianças e adolescentes imigrantes nas escolas públicas sempre foi complicado, resultando em uma grande parcela dessa população que não estava matriculada na rede. Apesar de já terem sido feitas melhorias, visto que agora não é necessário que se porte nenhum documento diferenciando, o estudante ou a criança estrangeiro/a, as famílias e as crianças imigrantes continuam encontrando obstáculos em seus caminhos, visto que outros documentos são exigidos, alguns de difícil acesso.

A falta de documentos acaba por atribuir ao imigrante uma situação semelhante à criminalidade e à ilegalidade. Muitos saem de seus países e não trazem todos os seus documentos, assim como muitas vezes não possuem os documentos exigidos pelas instituições brasileiras como, no caso das crianças, o histórico escolar, muitas vezes impossibilitando a efetivação da matrícula destas. Além disso, só se pode realizar a matrícula se for entregue um comprovante de residência, documento que muitas famílias não possuem, por viverem de favores, em locais onde não há CEP, etc. Isso não afeta só o acesso à educação, mas também a outros direitos básicos que permitem a sobrevivência.

Além disso, os documentos são todos entregues na língua portuguesa, dificultando ainda mais o entendimento. Para a autora, “[...] essa exigência questiona a nós todos, enquanto sociedade brasileira, sobre as excessivas necessidades comprobatórias que as instituições solicitam para qualquer tipo de atendimento e o impacto desses no acesso a direitos fundamentais e humanos” (Norões, 2018, 2021, p. 434). Quando conseguem efetuar a

matrícula, ocorre um processo de adequação dos níveis de cada criança que muitas vezes é equivocado, pois os profissionais não estão preparados ou informados para lidar com a população imigrante, nem com a tradução dos documentos e outros processos.

Os autores Braga, Neto e Santos (2021), no artigo intitulado *Imigração e educação infantil: análise da relação entre a EMEI e família a partir do relato de uma mãe Boliviana* questionam como é o processo de ocupar as escolas por parte das crianças, afirmando que

Os espaços educativos trazem a possibilidade de potencializar vivências, promovendo experiências sociais mais amplas. Portanto, podem ser, espaços de produção e reprodução de práticas discriminatórias, de segregação, tanto quanto de práticas democráticas e emancipatórias. As mazelas sociais reverberam em seu espaço na medida em que ela constitui parte da sociedade e que, em seu interior, são reproduzidas as práticas sociais (Braga; Neto; Santos, 2021, p. 564).

Portanto compreendem que, ao mesmo tempo que a escola pode ser um ambiente de socialização, de interação entre as diferentes culturas e etnias, pode também ser um espaço que reproduz os preconceitos da sociedade, promovendo práticas e atos racistas, discriminatórios e xenofóbicos direcionados às pessoas consideradas “diferentes”.

A entrevista com uma mãe boliviana, realizada por Braga, Neto e Santos (2021), evidencia que, como mãe imigrante, ela percebe as relações sociais dentro da escola de seus filhos. Além disso, traz como se sente dentro desse espaço e de que forma é tratada pelas pessoas que lá atuam. Apesar de falar que tem uma relação boa com a equipe escolar, na mesma fala demonstra uma sensação de censura pois, se “reclamar” sobre como seus filhos estão sendo tratados, estes passam a ser ainda mais estigmatizados. Portanto, passa por um processo de silenciamento, onde a família imigrante não tem uma voz ativa em relação aos seus direitos ou sobre as coisas que ela não concorda.

A partir desses relatos percebemos uma relação de controle e desigualdade dentro da escola, onde os direitos dessas crianças não estão sendo garantidos, assim como as necessidades delas não estão sendo atendidas pelo simples fato de que são filhas de imigrantes. Evidencia que a escola não está agindo de maneira inclusiva e respeitosa, onde as relações sociais acabam sendo marcadas pelo preconceito e pela discriminação, onde as práticas pedagógicas não se baseiam na diversidade e não prezam pela troca entre diferentes culturas e experiências. Demonstra uma desconsideração das crianças e das famílias imigrantes que têm todo o direito de ocupar aquele espaço. Porém, não adianta ocupar se, esse mesmo espaço, diariamente as exclui e as estigmatiza, fazendo com que a permanência seja dificultosa e dolorida (Braga; Neto, Santos, 2021).

2.6 O acolhimento e a inserção de crianças imigrantes em ambientes escolares

O acolhimento e a inserção das crianças imigrantes são temas centrais entre as produções e são considerados processos e momentos de extrema importância para as crianças e suas famílias.

Grajzer e Schlindwein (2023) se baseiam nos estudos de Vigotski para fundamentar o entendimento de que o acolhimento e a inserção a partir da cultura das crianças, sejam estas imigrantes ou não, é essencial para o seu desenvolvimento. Segundo as autoras, a partir de leituras sobre as obras de Vigotski, as crianças são atores sociais e produtores da sua própria cultura, se inserindo de maneira ativa, se relacionando com as pessoas e com o espaço em que ocupam. Além disso, Vigotski fala como o processo de aprendizagem promove o desenvolvimento das crianças, portanto ser exposto a novas culturas, línguas, conceitos é algo que proporciona novas maneiras de pensar e, portanto, influencia o desenvolvimento da criança. O espaço escolar é fundamental para que essas trocas aconteçam, proporcionando novas maneiras de ver, compreender e ser. Concluem que a Teoria Histórico Cultural, no qual Vigotski é um dos principais representantes, é essencial para compreendermos que o meio é determinante na vida do ser humano e qual é o papel da escola para as crianças migrantes e refugiadas que, além de ser um local essencial para que haja um acolhimento, se torna importante também para o desenvolvimento destas.

Para Santiago (2022), no artigo intitulado *Crianças migrantes dos países africanos na educação infantil paulistana: entre o acolhimento e a exclusão*, a troca entre as culturas permite contato não somente da criança migrante, mas com todas as crianças presentes naquele grupo e com toda a equipe pedagógica. Essa relação se não construída de maneira conjunta pode causar desconforto e falta de confiança por parte da família. Se bem dialogada, proporciona um vínculo essencial para um desenvolvimento saudável entre as professoras e as crianças, assim como com as famílias. O autor entende que “A construção de uma pedagogia intercultural requer profundas transformações no nível didático: a prática educativa é chamada a tornar-se cada vez mais interdisciplinar, de modo que favoreça oportunidades reais de encontro, escuta e diálogo” (Santiago, 2022, p. 19).

A educação infantil é, para muitas famílias, um dos primeiros contatos com a nova cultura e sociedade, portanto é crucial que os professores pensem maneiras para que esse contato seja feito de maneira respeitosa e integrativa. Isso vai desde as canções, comidas e brincadeiras, até as sutilezas na decoração, no cantinho do sono, etc. Esses gestos estão

presentes nas palavras de uma professora que, ao acompanhar uma mãe no momento da matrícula de sua criança, se depara com uma mãe aliviada e feliz ao ver que a bandeira do seu país estava sendo retratada nas paredes da unidade. Compreende que o acolhimento “[...] significa pensar a forma como uma criança entra ou sai da creche ou pré-escola, como deve ser a sua ambientação, suas ações cotidianas e seu modo de nelas agir, suas relações e como as desenvolve e reelabora; é pensá-la dentro desse espaço, como criança parte e por inteiro” (Santiago, 2022, p. 23).

Silva (2022), no artigo *COLUMPIO: um “balanço” sobre a acolhida de crianças e famílias imigrantes em uma escola de educação infantil da região metropolitana de Porto Alegre*, entende que o processo de acolhimento ocorre desde o momento da matrícula, visto que prezam que toda a equipe escolar tenha um olhar sensível em relação a todas as crianças, sejam estas imigrantes ou não. Em suas palavras, “Não é o nosso desejo que a criança se adapte à escola, mas sim construir uma escola da infância que valoriza seus interesses e necessidades.” (Silva, 2022, p. 59) Para as famílias imigrantes, esse processo é muito importante pois tudo é novo, o país, a cidade, a língua, os costumes, os espaços, as pessoas. Portanto é essencial que a escola seja um ambiente em que elas se sintam acolhidas e seguras.

Neste sentido, a autora entende que esse acolhimento deve ser feito de maneira respeitosa e que deve haver uma escuta ativa por parte da equipe escolar e dos professores. Este acolhimento começa antes mesmo da criança começar a frequentar o espaço escolar cotidianamente, fazendo com que a equipe pedagógica esteja mais preparada para acolher adequadamente cada criança, principalmente aquelas que são imigrantes, pois pode haver necessidade de ter mais esforços como trazer brincadeiras típicas das culturas destas e aprender palavras importantes nas línguas das mesmas.

Apesar da escola não conseguir ter sempre um atendimento individualizado, pois trabalha com o coletivo, pode ter características em sua rotina que possibilitem o sentimento de acolhida entre as crianças. É também através do brincar que a criança imigrante vai se socializando e se inteirando daquele ambiente novo, daquela língua nova, daquela cultura nova, das brincadeiras novas. E é no brincar que ela, se o ambiente e as relações permitirem, irá socializar a sua língua, a sua cultura e as suas brincadeiras. O ambiente escolar, se construído de maneira coletiva, pode possibilitar esses encontros tão importantes entre as diferentes crianças e, conseqüentemente, as diferentes culturas (Silva, 2022).

Melo (2021), traz como o acolhimento das crianças imigrantes é importante, pois a escola é um dos primeiros ambientes sociais que essa criança irá frequentar, tirando os espaços familiares. Na escola que ela irá entrar em contato com outros costumes, culturas,

línguas. Porém, para que se sinta segura e acolhida, precisa ver no outro um pouco dela também. Na escola é preciso que ocorra uma aprendizagem para todas as crianças, portanto as práticas precisam partir daquilo que faz sentido e que toca elas. Para isso, o professor precisa ter uma formação que contemple as diversidades culturais, as diferentes línguas, brincadeiras e meios de ver o mundo. A partir disso, as próprias crianças brasileiras não terão somente mais interação com outras culturas, pois terão também o exemplo de que devemos acolher e respeitar os outros e suas diferenças. Portanto, para Melo (2021), é crucial que o acolhimento dessas crianças e suas famílias esteja presente no PPP (Projeto Político Pedagógico).

O acolhimento, como mencionado anteriormente, é um momento crucial, que irá definir como aquela criança e sua família se sentem ao ocupar aquele espaço. De acordo com a autora, “Na Educação Infantil, o brincar terá lugar privilegiado nesse acolhimento, assim como o princípio da confiança e o apoio dos adultos, avaliando as necessidades das crianças, de forma a valorizar os acontecimentos do cotidiano” (Melo, 2021, p. 4).

Nascimento e Moraes (2020) entendem ser crucial que o acolhimento seja baseado na diversidade presente e também que haja ferramentas para que a permanência dessas crianças seja uma prioridade. Porém, no ano em que a pesquisa delas foi realizada, as autoras não encontraram nenhum documento de orientação para o acolhimento dessas crianças, deixando evidente que as particularidades presentes em contextos onde as crianças imigrantes estão presentes não estavam sendo consideradas, apesar de terem crianças imigrantes presentes há muitos anos.

O fato das autoras não terem localizado documentos que falem especificamente do acolhimento de crianças imigrantes na educação infantil significa, para elas, que a criança estrangeira ainda está ocupando um lugar de invisibilidade. Pela falta de projetos de acolhimento e de garantia de permanência, essas crianças se veem em espaços onde elas não se identificam com, não escutam a sua língua, não veem as suas brincadeiras, não escutam as suas músicas. As autoras denunciam que “Acolher crianças imigrantes não é uma ação temporária” (Nascimento, Moraes, 2020, p. 537) e que estas precisam ser consideradas no cotidiano das creches e das escolas. Precisam ser vistas e acolhidas por todos, precisam se reconhecer nas práticas e nas atividades, assim como nos desenhos e nas brincadeiras.

2.7 A cultura como central na vida das crianças imigrantes

A questão cultural toma destaque nas produções, visto que a interação cultural entre os indivíduos é essencial para o desenvolvimento humano e como estas devem estar presentes nas práticas pedagógicas e nos ambientes escolares. Conde e Alcubierre (2023) entendem que

[...] a cultura é uma categoria em constante transformação e movimento, tendo em vista que as gerações mais novas se apropriam dos hábitos, dos costumes e das tradições por meio da educação recebida das/com as gerações mais velhas e, nesse processo, acabam imprimindo algo novo – como acontece na brincadeira –, reelaborado criativamente, fazendo com que os termos do par dialético produção/reprodução se retroalimentem (Conde, Alcubierre, 2023, p. 8).

Para Daniel e Moro (2022) no artigo *Crianças imigrantes e educação infantil: o que dizem as pesquisas acadêmicas brasileiras*, a diversidade e a interculturalidade deve ser apresentada de maneira crítica, a fim de compreender as diferentes culturas ao longo da história da humanidade, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre a importância que a presença de diferentes culturas tem para a formação de uma sociedade que assume e respeita as diferenças. Para Silva (2022) “[...] uma prática pedagógica pautada na valorização e respeito da diversidade cultural e pessoal contribui de forma significativa para a humanização da sociedade” (Silva, 2022, p. 58).

Santiago (2022) discute a cultura como parte do cotidiano da educação infantil em muitos momentos, assim como nos momentos do cuidar. Afirma a importância de ter uma interculturalidade que permeie a educação infantil, pois constrói uma relação de confiança entre as crianças e entre elas e seus professores. Para o autor, as músicas, as histórias, as brincadeiras, os brinquedos, a comida, e muito mais, podem fazer com que a criança ou se sinta excluída ou que se sinta segura. O processo de ter múltiplas culturas presentes no âmbito escolar é benéfico não somente para a criança que chega de um outro país, mas também para aqueles que ali nasceram. Entrar em contato com outras culturas é algo enriquecedor para o desenvolvimento da criança, possibilitando que ela expanda o seu pensamento e compreensão do mundo.

Além disso, segundo Santiago, a interculturalidade auxilia no processo de entendimento de que há diversas culturas pelo mundo e que todas devem ser levadas em consideração e respeitadas. Para as crianças bem pequenas, são as nossas ações que as ensinam a ver o mundo, portanto, devemos cuidar muito de como nos portamos em relação a essas questões. Por exemplo, nos momentos de cuidado, saber pentear um cabelo crespo ou ter cuidado para respeitar as diferentes maneiras de fazer os penteados, mostra a elas que devemos cuidar do outro, independente de sua origem e que devemos considerar a cultura do outro como algo digno (Santiago, 2022).

A escola, de acordo com Peroza e Santos (2021), é um espaço onde o reconhecimento cultural é necessário para que haja um maior entendimento da diferença do outro, um diálogo respeitoso e uma ampliação cultural de todos que ali frequentam. Entendem que a diversidade cultural não deve ser apenas reconhecida, mas sim praticada nas instituições de EI, pautada no cotidiano e nas práticas pedagógicas.

Para Braga, Neto e Santos (2021), na educação infantil as relações sociais são parte crucial do desenvolvimento e da aprendizagem da criança. A partir das brincadeiras, das interações com outras crianças, adultos e o espaço e dos atos de cuidar é que as crianças se desenvolvem como indivíduos onde a cultura tem um grande papel, pois amplia o modo de pensar e de relacionar com o mundo.

Portanto, os autores compreendem que quanto mais a criança é exposta a diferentes culturas, mais ela estará se desenvolvendo humanamente, assim como aprenderá a respeitar e interagir com os outros, por mais que estes sejam diferentes daquilo que ela tem contato em casa ou em outros espaços que ela frequenta fora da escola. Entretanto, compreendem que ainda estamos vivendo uma era onde as culturas não são consideradas em todos os ambientes educativos e “O modelo de socialização oferecido às crianças brasileiras não as habilita a questionar os estereótipos e sim reforça sua reprodução. Toda criança que tem o direito à diversidade negado tem comprometido seu desenvolvimento humano” (Braga; Neto; Santos, 2021, p. 567).

Ainda segundo estes autores, é essencial que no currículo das escolas, todas essas questões sejam levadas em consideração, a fim de proporcionar um desenvolvimento saudável à todas as crianças, sejam estas imigrantes, filhas de imigrantes ou nacionais, visto que as diferenças culturais e sociais sempre estiveram e sempre vão estar presentes dentro das escolas e que a falta do contato com a cultura do outro ocasiona na falta de respeito e de conhecimento, limitando a vivência de todas as crianças envolvidas.

Para Conde e Alcubierre (2023), a cultura tem um papel central na vida das famílias e das crianças migrantes/imigrantes. Em sua pesquisa, relatam que as famílias e as crianças

[...] expressam um contexto cultural de origem rompido pela migração. Esse rompimento, imposto pelas necessidades de sobrevivência, é repleto de afetos, lembranças, saudades, dor, opressão, violência. Na nova cidade, outros hábitos, costumes e linguagens também desafiam as crianças, evidenciando a conexão dialética entre trabalho e cultura (Conde, Alcubierre, 2023, p. 13).

2.8 As dificuldades relacionadas à língua como principal meio de comunicação

A diferença linguística tem muito destaque nas produções, aparecendo como um dos principais obstáculos para as crianças e famílias imigrantes, visto que, apesar de existirem diversas linguagens dentro da educação infantil, a língua ainda é o meio mais comum de comunicação entre os pares (Nascimento, Morais, 2021).

De acordo com Peroza e Santos (2021), o modelo educacional brasileiro ainda é muito monocultural e nacionalista, portanto não é inclusivo culturalmente e, o entendimento de que só através da língua se compartilha conhecimento acaba por prejudicar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças imigrantes, visto que a língua, para elas, é uma das maiores barreiras culturais dentro das escolas. As autoras entendem que a escola precisa conhecer e reconhecer as demandas individuais e específicas de cada criança, para que possam valorizar, através das práticas pedagógicas, as diversidades ali presentes. Não basta a criança se apropriar da língua se ela não se relacionar com o restante das expressões culturais e sociais. Ela não se sentirá pertencente a um lugar que não há nada semelhante a ela. As referências precisam estar presentes em outros momentos, nos espaços, nas atividades.

As autoras relatam que, durante a pesquisa de campo, a maioria das crianças e jovens imigrantes que frequentavam a escola eram de países latino-americanos e tinham como língua materna o espanhol. Realizaram entrevistas com algumas professoras e, para estas, a diferença linguística aparece como sendo o principal desafio, dificultando o processo de alfabetização e a comunicação com os pais. Além disso, relataram uma falta de apoio pedagógico para lidarem com essas situações. Muitos professores acabavam usando aplicativos de tradução e gestos para se comunicarem. Entendiam a importância de realizar projetos e atividades que incluíssem diversas culturas, principalmente a da criança imigrante, porém tinham pouco apoio e incentivos, além de estarem sobrecarregadas com as outras demandas dos outros alunos que precisam cumprir sem os prejudicar, fazendo com que esses projetos não fossem a prioridade.

Para Braga, Neto e Santos (2021) é crucial que as ações pedagógicas, sejam estas das professoras ou da equipe escolar, levem em consideração a língua materna da criança para que a comunicação seja mais afetiva e acolhedora, tanto com a criança quanto com a família. Considerar essa diferença faz parte do acolhimento, pois mostra para as famílias e para as crianças imigrantes que estão sendo vistas pela escola e que esta faz questão de acolhê-los.

Na pesquisa de campo de Nascimento e Morais (2021), outra questão observada foi a falta de compreensão por parte do corpo docente e o fato de que muitos pais imigrantes não respondiam os recados e não entendiam os bilhetes enviados que, no caso, eram escritos em

português. As autoras recordam que apenas uma professora mandava bilhetes em português e em espanhol, assim como realizava projetos inclusivos a fim de acolher todas as crianças.

Durante uma entrevista realizada com uma mãe boliviana, Braga, Neto e Santos (2021), relatam que esta traz a questão da língua como um obstáculo, visto que teve que tirar a sua filha, que agora está no ensino fundamental, da sua escola quando ela estava na educação infantil, por ela ter muita dificuldade em se comunicar e que chorava muito por conta disso.

Para Grajzer e Schlindwein (2023) a questão da língua ficou explícita ao realizarem uma pesquisa sobre as crianças indígenas imigrantes da Venezuela, entendendo que

A inclusão das crianças indígenas Warao no ambiente escolar melhora a qualidade de vida e a proteção à infância. O acesso ao conhecimento e à aprendizagem na língua nacional significa uma possibilidade de integração social no país que as acolhe. Destacam-se ainda a importância da apropriação de conhecimentos gerais e específicos e o estabelecimento de vínculos com outras crianças e adultos. Trata-se da promoção da educação enquanto um direito humano, que deve ser garantido a qualquer criança, independentemente de sua nacionalidade, etnia, grupo social ou país de origem (Grajzer; Schlindwein, 2023, p. 14).

Além disso, relatam que ao observarem essas crianças em um espaço educativo onde a sua cultura era respeitada, perceberam que nestes espaços, além de terem professores que falavam português, também havia professores que falavam a língua delas, o que acabava possibilitando que as crianças aprendessem o português e mantivessem contato com a sua língua materna, sem deixar a sua cultura e suas raízes de lado. Estas se expressam no seu idioma materno e muitas não sabem escrever, muito menos em português. Isso se dá pelo fato de que a cultura letrada não é muito presente na cultura Warao, havendo, portanto, dificuldade no aprendizado da escrita em geral (Grajzer; Schlindwein, 2023).

2.9 A presença do racismo, da xenofobia, dos preconceitos e outras violências

No Brasil, por conta da sua história escravagista e assassina, a migração africana atual se depara com o forte racismo presente na sociedade brasileira, pautada diariamente em todos os espaços, até mesmo nas escolas. Santiago (2022), nos traz o relato de uma professora sobre situações de racismo dentro do ambiente escolar, com falas do tipo “os africanos não falam a nossa língua e cheiram mal”. Ela, ao escutar isso, contestou, perguntando se essas famílias tinham acesso a objetos básicos para que realizassem sua higiene, recebeu a resposta de que aquilo fazia parte do costume deles e que “na África não se toma banho”. Esses comentários

vieram de pessoas da gestão da escola e estes foram contrapostos com os comentários das professoras, que expressavam admiração pelas crianças e suas famílias africanas. A questão da higiene aparece em outros relatos sobre crianças de outras nacionalidades e o autor encara isso como um dos objetivos dos estereótipos, que é justificar o julgamento baseado em uma imagem construída socialmente sobre os “que vêm de outro lugar”. Isso está relacionado também à cor das pessoas, visto que a desigualdade social é também uma forma de racismo. Portanto, aqueles que não têm acesso aos produtos de higiene, à água limpa, ao saneamento básico, na grande maioria das vezes são pessoas não brancas (Santiago, 2022).

Os relatos obtidos por Santiago (2022) evidenciam como o racismo está enraizado e faz parte da estrutura da nossa sociedade, aparecendo até mesmo nas falas das crianças da educação infantil. As crianças reproduzem aquilo que escutam dentro de suas casas, na rua, na tv. O preconceito não é algo que vem delas. Portanto, quando uma professora relata que uma das crianças da sua sala estava sendo excluída das brincadeiras por ser “diferente”, mais especificamente por ser uma criança nascida na África, por ser negra, por usar roupas coloridas e por trançar o seu cabelo. Em uma ocasião a professora acolheu a criança chorando por que uma outra criança falou para o grupo não brincar com ela por ela ser preta e feia. Essas violências ensinam a essa criança que o lugar destinado a ela não é o mesmo da criança branca, ensinam que a sua cultura, sua língua e seus costumes não têm direitos naquele lugar que ela está tentando ocupar (Santiago, 2022).

Santiago (2022) segue a sua crítica e aborda outra questão muito importante que é o entendimento xenofóbico que muitas pessoas têm de que os estrangeiros não são cidadãos de direito e, portanto, não deveriam ter acesso aos serviços básicos. Falas como “eles estão roubando os nossos trabalhos”, ou como relatado por uma professora que escutou de outra pessoa dentro da escola, que as crianças africanas estavam “roubando a vaga de outras crianças”. Essas falas estão presentes dentro das salas de aulas e são ditas para crianças muito pequenas. Uma das professoras relata ter escutado outra professora falar para uma criança africana que ela iria “mandar ela de volta para o país dela” se ela não se comportasse.

Esse contexto, expressa que a xenofobia é algo muito presente e atinge diariamente aqueles que vêm para o Brasil em busca de uma vida melhor, até mesmo as crianças pequenas. Santiago nos mostra que, no Brasil, o imigrante africano sofre o racismo de duas maneiras, por ser negro e por ser um negro africano e, da mesma forma que qualquer imigrante ou refugiado pode sofrer xenofobia, o negro africano sofre, além disso, do preconceito racial. A cor da pele e o local de nascimento são fatores centrais para determinar o tipo de tratamento que o imigrante irá receber (Santiago, 2022).

Santiago (2022) ainda entende que as palavras trocadas com as docentes deixam evidente as desigualdades que estruturam a nossa sociedade, presentes, também, dentro das instituições de educação infantil. Nos lembra então que não adianta não ser racista, é preciso ser antirracista e lutar para que hajam políticas públicas que abracem essas questões, garantindo os direitos básicos e dignidade a esses indivíduos e como nós devemos exercer papéis afim de combater essas violências, visto que o fato de falas e atos racistas estarem presentes na comunicação das crianças nos evidencia como a aceitação do racismo é algo decorrente, presente em muitas casas brasileiras. A violência não se mostra somente no ato físico, mas também nas palavras, nos gestos silenciosos, nos olhares e nas expressões faciais. Se faz presente na falta do toque, do abraço e do pentear do cabelo. E ela é sentida pelo corpo todo da criança (Santiago, 2022).

Para Daniel e Moro (2022)

Criou-se o mito de que o racismo não existe no nosso país, o que gera um discurso de igualdade racial inexistente e potencializa a hierarquização entre os indivíduos. Para romper com os processos de dominação instaurados pelas culturas dominantes, é preciso que a diversidade esteja presente em todas as etapas da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil (Daniel; Moro, 2022, p. 85).

As autoras também identificaram, em suas pesquisas, relatos onde crianças bolivianas imigrantes de segunda geração foram observadas e não se foi notado uma hostilidade ou um preconceito por parte das crianças brasileiras, fato que muda ao falarmos dos adultos. Estes, por mais que de forma sutil, tinham falas carregadas de preconceitos e discriminação, principalmente relacionadas a língua, as vestimentas e a higiene das crianças bolivianas. As falas dos professores aparecem de maneira preconceituosa e discriminatória, não havendo discussões sobre as desigualdades sociais e as diferentes etnias presentes dentro daquele ambiente escolar. Além disso, foi observado uma sensação de superioridade por parte dos professores em relação às crianças e famílias imigrantes. Não foi observado preconceito partindo das crianças brasileiras, porém revelam um dado ainda não mencionado, visto que as crianças haitianas ocupavam um papel de liderança nessas instituições.

Essa observação também é feita por Nascimento e Moraes (2020) ao relatarem que, em sua pesquisa, as principais relações que foram pautadas como tensas foram entre crianças e adultos, visto que com as crianças as relações pareciam ser mais tranquilas, que conforme o tempo passava e uma confiança era estabelecida, os conflitos relacionados à etnia e costumes eram mais raros. Diante disso, as autoras se questionam se, então, as relações conflituosas entre adultos e crianças imigrantes não se dão pelo contexto que mencionaram anteriormente,

de vivermos em uma sociedade que, apesar de ter passado por mudanças, ainda é muito adultocêntrica. Se o estranhamento e a dificuldade de aceitação daquilo que é diferente do seu próprio se agrava por estar vindo de uma criança.

Peroza e Santos (2021) trazem a questão das discriminações como uma urgência a ser pautada pelas pesquisas e dentro dos espaços educativos. As crianças, ao chegarem no Brasil, se deparam com uma inclusão restrita e, para as crianças, ser incluída, na maioria das vezes, significa ter a sua matrícula feita na escola. Depois, passam por situações de exclusão, xenofobia, racismo. São invisíveis nos pátios da escola, no refeitório, nas salas, nas brincadeiras. Invisíveis não no sentido de não serem vistas fisicamente, mas no sentido de que as suas personalidades e individualidades não são consideradas, pois são diferentes e fora do comum de acordo com a sociedade brasileira.

As autoras Conde e Alcubierre (2023) destacam que, ao analisarem crianças migrantes em Florianópolis e crianças imigrantes nos Estados Unidos, se depararam com os mesmos sofrimentos em ambos os casos, como

inúmeras dificuldades durante a escolarização das crianças migrantes em relação à xenofobia e à violência que sofrem nas escolas e comunidades, à sazonalidade familiar na busca por emprego e moradia (trabalho uberizado, terceirizado, flexível, desregulamentado, sazonal, zero hora, sem direitos), refletida numa escolarização descontínua, fragmentada, estranhada; à alimentação, por vezes insuficiente ou diferente demais dos costumes de origem; ao clima (mais frio ou mais quente do que no local de origem); à língua (idioma ou sotaque diferentes enquanto barreira à comunicação, socialização, produção e reprodução da vida); às vestimentas (por vezes insuficientes ou inadequadas aos climas e costumes locais do novo espaço/território); aos valores disciplinares institucionais, diferentes daqueles do local de origem (que culminam numa intolerância, por parte da escola, em relação ao comportamento da criança); às dificuldades econômicas (decorrente do desemprego e dos baixos salários familiares); e às moradias precárias e compartilhadas (sem privacidade, sem espaço adequado para o estudo, nem para ser criança, sem possibilidade de distanciamento social em época de pandemia) (Conde; Alcubierre, 2023, p. 5).

Para Braga, Neto e Santos (2021) para a criança que está na educação infantil, passar por situações de preconceito e de discriminação, que podem ser através de práticas de exclusão por parte dos professores e das outras crianças, por falas maldosas carregadas de julgamento, por olhares, e, também, pela ausência do toque físico, podem seriamente afetar o seu desenvolvimento como um todo, visto que esses anos são cruciais para o seu desenvolvimento social, psicológico e físico.

2.10 O poder público e a formação de professores(as) como ferramental central

A importância de um apoio e parceria do poder público com as escolas se mostra indispensável para os autores e as autoras, visto que o professor e a escola não têm como realizar as mudanças necessárias para que haja um acolhimento efetivo e a permanência garantida sem esse apoio.

Peroza e Santos (2021) nos lembram que apesar dos professores serem uma das principais forças para que atividades acolhedoras e inclusivas ocorram nos espaços educativos, eles precisam de um apoio pedagógico efetivo que os ajudem a construir um ambiente acolhedor para as crianças imigrantes e para terem uma prática pedagógica baseada na diversidade cultural e social. As formações continuadas são de extrema importância para ampliar o conhecimento do corpo docente e estas deveriam ser ofertadas pela rede. Sem esse apoio, a sobrecarga e a falta de formação acaba por impedir que os professores se dediquem a outras práticas que fogem dos modelos convencionais. A ausência desse apoio demonstra um descaso com essa parcela da população e, de certa forma, reafirma os modelos de educação mais tradicionais, quase obrigando os professores a seguirem aquilo que lhes foi ensinado no passado, sem se atualizarem com as novas maneiras de atuar nos espaços educativos (Peroza, Santos, 2021).

Para Azevedo e Amaral (2021), o professor

Tem um papel importante enquanto sujeito na garantia do direito à educação para crianças imigrantes ou refugiadas, pois é ele quem cria o elo entre o saber escolar e a criança. Entretanto, não podemos desconsiderar instituições que podem auxiliá-lo com ferramentas e conhecimentos para a execução desse direito, quais sejam: o Estado, nas esferas estadual e municipal; e as universidades (Azevedo, Amaral, 2021, p. 15).

E ainda que,

[...] para o professor ter condições de garantir o direito à educação para crianças imigrantes ou refugiadas, é necessário que ele tenha apoio do Estado nas três esferas: federal, estadual e municipal, e das universidades, considerando a possibilidade de abordar o tema na formação inicial. Caso essas áreas não estejam em complementaridade, o professor terá dificuldades de exercer seu papel com efetividade (Azevedo, Amaral, 2021, p. 19).

Nesta análise, as autoras, trazem uma questão crucial, visto que, cada vez mais, essas crianças estão presentes nas instituições de EI, ocupando e reconstruindo esses espaços. É urgente o tema e este necessita que mudanças ocorram para que essas crianças sejam recebidas e acolhidas de uma maneira que as façam se sentir pertencentes e reconhecidas, assim como respeitadas e consideradas por todos que frequentam aquele espaço. Portanto, segundo as autoras, não podemos individualizar essa responsabilidade limitando-a apenas ao

professor. É necessário que haja um sistema de apoio para essas crianças, sendo professor e escola os principais participantes.

Ainda, Azevedo e Amaral (2021), afirmam que é crucial que os professores e toda a equipe docente tenham o apoio das prefeituras e de outros órgãos públicos para que hajam formações continuadas de qualidade, abordando temas como racismo contra pessoas imigrantes, *bullying*, direitos dos imigrantes e refugiados, bem como realizar práticas pedagógicas baseadas na diversidade e na inclusão. Os assuntos e os temas para essas formações não têm fim, o problema é não ter o respaldo daqueles que se precisa ter para fazer certas coisas acontecerem (Azevedo, Amaral, 2021).

As pesquisas analisadas por Daniel e Moro (2022) constataam que haviam alguns esforços presentes nas instituições de acolher as crianças imigrantes, porém de forma muito pontual, fato que mostra uma urgência para que hajam práticas interculturalistas no acolhimento e em todo o ambiente escolar. Porém, essas iniciativas não devem e não podem partir apenas das escolas, pois, de acordo com as autoras, é “[...] necessário que o Estado assuma o papel de favorecer e potencializar a implementação dessas práticas por meio de investimentos públicos” (Daniel, Moro, 2022, p. 88).

Peroza e Santos (2021) localizaram em suas pesquisas que há uma ausência de políticas públicas direcionadas às crianças imigrantes e que, em teoria, de acordo com a lei da migração de 2017, têm direito ao acesso de serviços públicos, porém, de acordo com a pesquisa realizada em Ponta Grossa (PR), as autoras denunciam uma falta de iniciativa para que esse acesso ocorra de maneira efetiva. Elas estão presentes nas salas de aulas, mas nas práticas pedagógicas as suas especificidades não aparecem e não são levadas em consideração.

Nascimento e Moraes (2021) localizam em sua pesquisa que, apesar de terem localizados documentos que visam uma melhoria no acolhimento e na educação de crianças imigrantes, os relatos mostram que há um despreparo muito grande ainda por parte das pessoas que estão na linha de frente com os imigrantes, principalmente em relação à língua. Outra questão é o fato de que, nas formações oferecidas, a estratégia estabelecida era de que o coordenador, supervisor ou diretor participariam e passariam as informações para os professores, significando que esses recebem o conteúdo de maneira indireta. Portanto, além das informações serem recolhidas de maneira subjetiva, aqueles que estão em contato direto com as crianças, não tiveram acesso às formações.

Para Santiago (2022), de acordo com as entrevistas que realizou com professoras da rede de Educação Infantil da cidade de São Paulo, suas falas explicitam como a falta de

preparação e formação profissional dificulta os processos relacionados ao cuidar, devido aos diferentes costumes de diferentes famílias, causando um estranhamento na hora do cuidar, visto que não há um olhar pedagógico que abarque essas questões. Para elas, algo que seria muito efetivo e que a prefeitura poderia oferecer seriam aulas de inglês, uma língua que muitas vezes as famílias dominam. O autor entende que suas falas evidenciam uma precariedade das formações e pela falta de aprofundamento da temática, visto que os documentos da prefeitura não abordam tudo que seria necessário abordar.

Já Silva (2022), compreende que a falta de formação continuada que trata sobre a realidade da infância imigrante presente na rede pública, prejudica a atuação do professor visto que, para atender as necessidades de todas as crianças, o olhar do professor precisa estar atento em todos os sentidos, desempenhando um papel de muita responsabilidade e que, muitas vezes, pode resultar em uma grande sobrecarga se não tiver apoio e estratégias pedagógicas. Melo (2022) também aborda essa questão e menciona os desafios encontrados pelos professores. Em muitas situações, há “[...] turmas com 35 crianças para um único educador, falta de recursos humanos e tantas outras questões, em sua maioria estruturais, que demandam ações do poder público” (Melo, 2021, p. 7).

2.11 Baixa produção de pesquisas acadêmicas sobre a infância imigrante

Alguns dos artigos analisados denunciam a baixa produção de pesquisas acadêmicas sobre crianças imigrantes. Para Nascimento e Morais (2020) as crianças são invisibilizadas quando falamos dos movimentos migratórios. A imigração infantil não tem sido vista com a frequência que deveria nas pesquisas acadêmicas brasileiras e que, apesar de sempre presentes nos movimentos migratórios, principalmente junto de suas famílias, mas também sozinhas, deixaram de ser escutadas e percebidas nesses processos.

De acordo com as autoras “Isso reflete na literatura sobre movimentos migratórios, concentrada nos adultos, nas famílias, isto é, raramente as perspectivas das crianças migrantes são ouvidas” (Nascimento; Morais, 2020, p. 444). Quando as crianças aparecem nos dados estatísticos, geralmente, estão atreladas aos dados sobre os adultos, sendo mencionadas brevemente como anexos. Entendem que “Parece constituir um grande desafio torná-las visíveis porque são crianças pequenas e porque são imigrantes. A pesquisa é um caminho para conhecer crianças em contextos diversos, pela possibilidade de trazer à luz práticas, procedimentos e relações diversas das e com as crianças” (Nascimento; Morais, 2020, p. 452).

Entretanto, Daniel e Moro (2022) perceberam que houve um aumento na produção de pesquisas acadêmicas relacionadas a crianças imigrantes na educação infantil e que é visível a tendência de o número dessas produções continuar aumentando. Acreditam que o aumento é devido ao grande fluxo migratório que tem ocorrido no Brasil nos últimos anos, trazendo mais luz e atenção a esse tema, gerando, também, novas demandas para as instituições de EI e para os governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso o objetivo principal foi analisar as pesquisas acadêmicas sobre a imigração internacional infantil e a educação infantil. Primeiramente, no capítulo 1, realizamos um levantamento de dados gerais sobre a imigração internacional no mundo e no Brasil, focando depois na imigração infantil no país. A partir destes dados, nos situamos em relação ao fenômeno da imigração e como as crianças estão inseridas nestes movimentos migratórios. Realizamos, então, uma busca por artigos sobre a imigração infantil e a educação. Produzidos entre os anos de 2017 e 2024, selecionamos 13 artigos, que foram analisados de maneira crítica no capítulo 2.

No capítulo 1, percebemos que a imigração é um fenômeno diário e expressivo em todos os lugares. Pelo mundo afora, os ambientes estão repletos de pessoas que se deslocaram de seu local de origem por motivos diversos e que, agora, se encontram em um lugar completamente diferente e desconhecido. Cada vez mais, o principal motivo pelos fluxos migratórios é a busca pelo trabalho e por uma melhor condição de vida. Muitas das pessoas que migram por esse motivo, provavelmente não gostariam de ter que sair de seu local de origem, porém, ao se depararem com o trabalho cotidiano que lhes suga a vida e mal lhes paga as contas, compreendem que a migração é a melhor escolha a se fazer, seja por ela, por sua família ou por seus filhos.

A escolha resulta em deixar para trás o lar, os familiares e os costumes para irem a um país cuja língua e cultura não são as mesmas. Em ir para um país cuja língua e a cultura não são as mesmas. Portanto, é compreensível considerar que a imigração por motivos econômicos, por mais que na aparência se apresente como voluntária, em sua essência, não passa de mais uma forma de expropriação social impulsionada pelo sistema capitalista que, pelo sofrimento de populações mais vulneráveis que necessitam do trabalho para sobreviver,

se beneficia com a sujeição de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras a péssimas condições de trabalho para garantir a sobrevivência de si e de suas famílias.

As crianças, assim como os adultos, fazem parte dos movimentos migratórios. O recorte de nossa amostra e a síntese que propusemos dos dados analisados neste trabalho, expressam que, cada vez mais, as crianças estão migrando junto de seus pais ou sozinhas. Estas compõem uma grande parcela da população que migra, percorrendo trajetos longos e, muitas vezes, perigosos. Porém, a falta de dados atualizados e que aprofundam sobre a condição de vida dessas crianças acaba por dificultar o entendimento da realidade vivida por estas. No geral, predomina uma visão limitada da vida dessas crianças, de onde são, para onde vão e porque, como se relacionam, onde moram, o que gostam ou não, se têm o direito de brincar garantido. Pouco se sabe sobre os desafios, a vida, os dilemas, as angústias, os desafios, a educação, as trajetórias e as necessidades reais dessas crianças e de suas famílias que se movimentam em busca de melhores condições de vida. Sobre o que significa ser criança nesse contexto, sobre ser migrante, sobre não ser responsável pela decisão de migrar.

Cria-se, então, uma lacuna. A infância migrante é invisibilizada num momento em que as crianças mais precisam de apoio, suporte, saúde, educação e alimentação para que possam se desenvolver minimamente. Assim, a situação invisibilizada da infância imigrante de crianças, filhos e filhas da classe trabalhadora, revela uma das tantas barbáries ao qual a sociedade capitalista produz e nos impõe socialmente.

Avaliamos que, essa falta de dados dificulta que políticas públicas, sociais e educacionais sejam elaboradas a partir das necessidades dessas crianças, pois, sem o acesso às suas necessidades e seus problemas, não é possível pensar formas reais e substanciais de apoio à satisfação de suas necessidades.

Nos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, identificamos que, nas instituições de educação infantil, a presença de crianças imigrantes é expressiva e significativa, visto que, dos 92 NEIMs, apenas 3 não receberam matrículas de crianças imigrantes em 2025. Ao realizarmos uma análise sobre a localização dos NEIMs e que mais tem matrículas de crianças imigrantes, percebemos que a maioria destes estão localizados perto ou dentro de comunidades, assim como em bairros e locais onde o aluguel é mais barato, onde a grande maioria da classe trabalhadora de Florianópolis reside.

A partir dos dados coletados pelo núcleo de pesquisa TMT, em sua pesquisa feita em uma instituição de educação infantil e nos anos iniciais, podemos ver que a maioria das famílias que participaram da pesquisa não são nativas de Florianópolis, vindo de outros estados do país. Um dos principais motivos relatados pelas famílias e que causou a mudança

de Estado foi a busca por uma vida melhor e por um trabalho melhor, colocando, novamente, o trabalho como questão central que determina muitas das decisões tomadas pelas famílias brasileiras.

Em relação às crianças refugiadas, os dados mostram que estas compõem uma grande parte da população que busca refúgio em outros países, totalizando 40% do total dessa população em escala mundial em 2023. No Brasil, a situação não difere muito disso, visto que, também em 2023, 44,3% das pessoas que pediram refúgio para o Brasil tinham menos de 18 anos.

No capítulo 2, ao analisarmos os artigos, destacamos alguns tópicos abordados pela maioria, sendo estes: concepção de criança e infância; a invisibilidade da criança imigrante nos dados; o papel da escola e do(a) professor(a); o acolhimento e a inserção das crianças imigrantes em ambientes escolares; a cultura como algo central na vida das crianças imigrantes; dificuldades relacionadas à língua e a comunicação; racismo; xenofobia; preconceitos e outras violências; poder público; formação de professores(as) e baixa produção de pesquisas.

O levantamento dos 13 artigos nos mostrou que apesar de não haver muitas produções, o tema está sendo mais pesquisado e que muitas produções podem estar por vir. Após uma breve análise da planilha de artigos, foi possível perceber que os autores utilizam muitos dados e informações de organizações multilaterais, como: ACNUR, UNICEF, CONARE, ONU, UNESCO. Nas referências, foi possível perceber uma repetição maior de certos autores e autoras, sendo estes: Baeninger; Bauman; Waldman; Abramowicz; Norões; Magalhães; Sayad; Haddad; Cavalcanti; Candau; Silva; Freitas; Qvortrup; Demartini; Siller; Lorzing; Braga; Nascimento; Bhabha; Oliveira; Souza; Rosemberg; Fleuri e Elias. Os autores clássicos mais utilizados foram: Marx; Engels; Thompson; Harvey; Freire; Foucault; Bourdieu; Aries; Vygotski; Mészáros; Chomsky; Gramsci e Rousseau. A grande maioria de produções acadêmicas foram produzidas em universidades federais e estaduais do Brasil, sendo as principais todas localizadas nas regiões sul e sudeste: UFSC; USP; UFSCar Sorocaba; UERJ; PUC-SP; Universidade Federal de São Carlos e UFRGS.

Concluimos que o assunto da imigração infantil e da educação tem vindo à tona tanto pelo grande fluxo migratório que se mantém historicamente no Brasil, mas que tem se agravado nas últimas décadas, como pela falta de acolhimento de crianças imigrantes e refugiadas em ambientes escolares e que provocam questionamentos acerca do modelo educacional presente nas escolas. Além disso, a falta de políticas públicas e de apoio governamental para escolas e professores têm gerado inquietação dentro das escolas e

instituições de educação infantil, visto que a equipe escolar se sente desamparada para receber essas crianças cada dia mais presentes nesses espaços.

Por compreenderem que a escola tem um papel essencial e crucial para a socialização das crianças imigrantes e refugiadas dentro da sociedade brasileira, o tema da presença destas nas escolas se fez urgente e tem sido pautado, cada vez mais, nas conferências sobre educação e nas pesquisas acadêmicas. Temos acordo nessa urgência, pelo fato de que o direito a uma educação acolhedora, que visa o desenvolvimento e a aprendizagem a partir de um ensino de qualidade e culturalmente diversificado, está sendo negado a milhares de crianças. A diversidade cultural não se aplica apenas às práticas que expõem novas culturas, mas também na maneira de se ensinar e nas formas de interagir.

As pesquisas relatam que a imigração infantil e a educação estão ligadas e que ambas estão se afetando diretamente. Trazem questões estruturais, sociais e culturais em relação à educação e a imigração e como as crianças estão inseridas nesse contexto a partir de uma visão monocultural. Questionam a concepção de criança e de infância, defendendo a criança como sujeito ativo e participante da vida cotidiana e, por consequência, dos movimentos migratórios. Nesse sentido, entendem ser crucial a pesquisa que se envolve com esses sujeitos infantis, a fim de nos adentrarmos em sua realidade seja em casa, na praça, na escola.

Os autores e as autoras entendem a escola como espaço essencial para as crianças e famílias imigrantes, visto que é um dos primeiros ambientes que estes vêm a ter contato com as diferenças culturais. Porém, entendem a escola também como uma potencializadora de práticas racistas e xenofóbicas, que reproduz as desigualdades sejam estas sociais, econômicas ou culturais, reafirmando conhecimentos e ações tradicionais e colonialistas. Em todos os artigos analisados, relatos de racismo e outros preconceitos estão presentes, direcionados às crianças e suas famílias imigrantes, principalmente por parte dos(as) professores(as) e do restante da equipe escolar. Falas e ações racistas mascaradas pelo senso comum racista que muitos brasileiros escondem por trás.

O Brasil foi construído em cima do sangue de pessoas negras e indígenas, criando raízes e se estruturando em uma terra banhada de sofrimento. Um país racista e que não admite os seus crimes e suas injustiças onde o racismo transborda, muitas vezes, de maneira silenciosa. Muitas vezes, não é a violência física que agride, mas sim as palavras preconceituosas cuspidas através de um sorriso. As pesquisas analisadas nos mostram que é necessário e urgente que haja mudanças no âmbito educacional, social e cultural, para que possamos caminhar para um viver humano mais coerente com as diferenças presentes em todos nós. É preciso falar sobre isso, se não estaremos contribuindo para que essas práticas

continuem sendo naturalizadas, silenciando e invisibilizando as populações em situações mais vulneráveis, vítimas de uma sociedade capitalista, classista e racista. As crianças, por fazerem e serem parte do nosso mundo, são envenenadas pela dor e desigualdade que caminham pelos corredores dos núcleos infantis e das escolas.

Apesar das produções serem pesquisas sobre crianças imigrantes, sentimos falta da presença dessas crianças, de suas palavras, de seus desenhos, de suas brincadeiras. Sentimos a falta de relatos sobre as vidas dessas crianças, como elas vivem, onde moram, o que fazem fora da escola, nos finais de semana, nas férias, como se alimentam, como dormem, do que brincam e com quem. Foram poucas as pesquisas onde as palavras e as experiências das crianças imigrantes estavam presentes, como as pesquisas “Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis” e “As correlações entre cultura, materialismo e educação a partir da situação de crianças migrantes em Santa Catarina (Brasil) e nos Estados Unidos da América”, de Conde e Alcubierre (2018; 2023). Quando se faziam presentes, percebemos como é crucial que nós, como pesquisadores, escutemos as vozes e as histórias dessas crianças visto que, suas falas e relatos, assim como seus desenhos, nos dão uma ideia da percepção que conseguem construir sobre os processos migratórios. Por mais que a criança ainda não compreenda a partir de conceitos o tema da migração, suas falas, seus gestos, sorrisos ou semblantes saudosos, nos mostram as consequências que os movimentos migratórios têm sobre a infância. Nos mostra como a participação ativa das crianças nas pesquisas onde elas são os sujeitos pesquisados é importante, assim como a importância da proximidade entre o pesquisador e o sujeito, possibilitando uma relação de proximidade entre ambos, resultando em uma pesquisa onde a realidade é retratada de maneira mais coerente e verdadeira.

Compreendemos que a pesquisa sobre a infância imigrante tem ganhado cada vez mais espaço no mundo acadêmico nos últimos anos, sendo um nicho de pesquisa ainda recente. Os autores e autoras relatam dificuldades em relação ao acesso de dados, ao acesso às crianças imigrantes, portanto compreendemos o porquê de muitas pesquisas acabarem focando mais na análise de dados e de produções acadêmicas, assim como foi feito neste trabalho. Ainda é uma área de pesquisa onde muitas produções serão feitas dessa maneira, sendo extremamente importantes para dar base para outras pesquisas. Também é preciso considerar a dificuldade de pesquisas como essas em escutar diretamente as crianças diante da exigência e demora de aprovação de pesquisas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil. Há que se destacar que a lógica e as regras das CEPs se constituem a

partir da área da saúde e, por isso, acabam realizando exigências distantes da realidade na área educacional.

Concluimos que as crianças estão historicamente presentes nos movimentos migratórios, porém, não se fazem muito presentes nos dados estatísticos, aparecendo nos relatórios oficiais de maneira resumida e simples. Porém, foi observado um aumento de produções acadêmicas sobre o tema da imigração infantil, principalmente em relação a inserção e o acolhimento das crianças imigrantes que estão, cada vez mais, presentes nos ambientes escolares. Entretanto, percebemos que a dificuldade de acesso de dados sobre a população infantil imigrante dificulta a realização de pesquisas acadêmicas e da formulação de políticas públicas destinadas a esse público específico.

As crianças, assim como os adultos que migram, passam pelas angústias da despedida, do contato com o novo, do estranho. Sentem o choque que as diferenças causam, sejam estas espaciais, culturais, linguísticas. Assim como os adultos, precisam se adaptar à nova realidade e à nova vida. Sentem medo do novo e, principalmente, incerteza. A escola, para muitas, é um dos primeiros contatos com a nova cidade. Saem do meio familiar e, nos ambientes escolares, interagem com outras pessoas e crianças que não conhecem o seu jeito de viver, de falar e de ser. Portanto, a escola é um lugar crucial para muitas dessas crianças e para suas famílias.

Destacamos que a concepção de criança e de infância tem sido reconsiderada nas pesquisas e que as crianças imigrantes devem ser consideradas como sujeitos ativos e participantes de suas vidas, assim como das pesquisas sobre a imigração infantil. Destacamos que as crianças imigrantes estão cada vez mais presentes nos ambientes escolares e que a sua presença tem gerado inquietações por parte de professores e equipe escolar, que se sentem desamparados para lidar com essas crianças, principalmente por conta das diferenças linguísticas. Foi observado a presença do racismo, da xenofobia e de outros preconceitos, sentidos pelas crianças imigrantes e suas famílias. A cultura aparece como questão central nos debates sobre a educação de crianças imigrantes, reconhecida como essencial para a inserção e o acolhimento dessas crianças e de suas famílias. A formação dos professores e a capacitação da equipe escolar foi questionada pelos autores e autoras, destacando que a rede pública não está oferecendo a formação adequada em relação à presença das crianças imigrantes em ambientes escolares. Por fim, destacamos que a falta de políticas públicas destinada às crianças imigrantes e suas famílias interferem diretamente na educação e na vida destas e que, portanto, é essencial que se comece a olhar mais para o fenômeno da imigração infantil e quais particularidades e necessidades esses sujeitos possuem.

Entendemos que é a partir da realização de pesquisas sobre o tema da imigração infantil que poderemos nos aproximar da infância migrante. É também a partir da escuta atenta das crianças que poderemos ter uma compreensão mais profunda do que significa ocupar o lugar que elas ocupam. Da mesma forma, é preciso entender quem são essas crianças, do que gostam, do que não gostam, como brincam e como ocupam ou não os espaços e os cantos das escolas.

REFERÊNCIAS

ALCUBIERRE, K. S. L. Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida. 2017. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186510>

ALCUBIERRE, K. S. L.; CONDE, S. F. Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 358-368, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/CtMcmbtv7wV9sjcX7z5QwtG/?lang=pt>

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Claudia Tavares do. A crescente imigração no Brasil e seus reflexos na escola pública. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329558917_A_CRESCENTE_IMIGRACAO_NO_BRASIL_E_SEUS_REFLEXOS_NA_ESCOLA_PUBLICA.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do. O trabalho do professor com crianças imigrantes e refugiadas: um estudo teórico do contexto brasileiro. Revista Profissão Docente, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 01–21, 2024. DOI: 10.31496/rpd.v21i46.1403. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1403>.

BRAGA, Adriana de Carvalho Alves; SOUZA NETO, João Clemente de; SANTOS, José Paulo Ferreira dos. Imigração e educação infantil: análise da relação entre a EMEI e família a partir do relato de uma mãe Boliviana. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 561–582, jan./jun. 2021. DOI: 10.5007/1980-4512.2021.e73276. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroais/article/view/73276>.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. Relatório Anual OBMigra 2024. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança

Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

Círculos de Hospitalidade, Relatório Anual, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1C0jhGqLzn8Kaqt1L2VVPf4Gs-JVfgtL2/view?usp=sharing>

ClicRDC. *Entrevista: Chapecó é o terceiro município do Brasil com mais imigrantes e lidera geração de empregos*. 25 fev. 2025. Disponível em: <https://clicrdc.com.br/chapeco/entrevista-chapeco-e-o-terceiro-municipio-do-brasil-com-mais-imigrantes-e-lidera-geracao-de-empregos/>

CONDE, S. F. O trabalho de crianças e mulheres migrantes no cultivo do tabaco nos EUA [The work of children and women in tobacco growing in the USA]. Relatório final de atividades desenvolvidas entre março/2020 e fevereiro/2021, durante o afastamento para pós-doutorado na City University of New York, New York State, USA). Florianópolis: Departamento de Estudos Especializados em Educação da UFSC, 2021. Mimeo.

CONDE, S. F.; ALCUBIERRE, K. S. L. As correlações entre cultura, materialismo e educação a partir da situação de crianças migrantes em Santa Catarina (Brasil) e nos Estados Unidos da América. *Perspectiva*, 41(2), 1–19, 2023. DOI: 10.5007/2175-795X.2023.e86361. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e86361>.

DANIEL, Fernanda Cargnin Gonçalves; MORO, Catarina. Crianças imigrantes e educação infantil: o que dizem as pesquisas acadêmicas brasileiras. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 77–90, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.65952. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/65952>.

GRAJZER, D. E.; SCHLINDWEIN, L. M. Migrações e educação: crianças indígenas Warao em Roraima. *Perspectiva*, 41(2), 2023. DOI: 10.5007/2175-795X.2023.e86459. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e86459>.

Franzoni Conde, S., dos Santos, M. W. ., & Moreira Lopes, J. J. . (2023). Ainda estamos vivos? Migrações infantis e educação em tempos e espaços de (des)encontros. *Perspectiva*, 41(2), 1–10. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e97643>

MELO, Marilene Sales de. Coordenação pedagógica e o acolhimento na educação infantil em contextos de migração e refúgio. SINESP, 2021. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/rede-autora/rede-autora-2021/13625-coordenacao-pedagogica-e-o-acolhimento-na-educacao-infantil-em-contextos-de-migracao-e-refugio>.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso; MORAIS, Carolina Grandino Pereira de. (In) visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância. *Espaço Pedagógico*, v. 27, n. 2, p. 437–458, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v27i2.11435>.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso; MORAIS, Carolina Grandino Pereira de. Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 524–542, jan./jun. 2021. DOI: 10.5007/1980-4512.2021.e72858. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e72858>.

NORÕES, Kátia Cristina. Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 420–443, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/79134>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Migração e migrantes: panorama mundial. In: RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE MIGRAÇÃO 2024 (M. MCAULIFFE e L. A. OUCHO, eds.). Genebra: OIM, 2024.

PAIXÃO, Mayara; ALMEIDA, Lalo de. *Mais de 15 mil menores brasileiros já cruzaram Darién rumo aos Estados Unidos: Darién, a selva da morte*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 03 mar. 2024. Disponível em:

<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2024/darien-a-selva-da-morte/ninez/mas-de-15-mil-ninos-brasilenos-ya-han-cruzado-el-darien-rumbo-a-estados-unidos/>

PAIXÃO, Mayara; ALMEIDA, Lalo de. *Onda de migrantes transforma comunidades indígenas do Panamá: Darién, a selva da morte*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 mar. 2024. Disponível em:

<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2024/darien-a-selva-da-morte/indigenas/onda-de-migrantes-transforma-comunidades-indigenas-do-panama/>.

PAIXÃO, Mayara; ALMEIDA, Lalo de. *Brasil é porta de entrada de asiáticos, africanos e caribenhos rumo aos EUA: Darién, a selva da morte*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 4 mar. 2024. Disponível em:

<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2024/darien-a-selva-da-morte/brasil/brasil-e-porta-de-entrada-de-asiaticos-africanos-e-caribenhos-rumo-aos-eua/>.

PEROZA, M. A. de R.; SANTOS, N. M. dos. A invisibilidade da criança imigrante no atendimento educativo da rede pública de ensino de Ponta Grossa/PR. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 728–745, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i2.68036. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68036>.

SANTIAGO, Flavio. Migrant children from African countries in São Paulo's early education system: between sheltering and exclusion. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 01–25, 2022. DOI: 10.12957/childphilo.2022.66911. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/childhood/article/view/66911>.

SILVA, M. G. da. COLUMPIO: um “balanço” sobre a acolhida de crianças e famílias imigrantes em uma escola de educação infantil da região metropolitana de Porto Alegre. *Saberes Em Foco Revista Da SMED NH*, 5(1), 55–64, 2022. Disponível em: <https://periodicos.novohamburgo.rs.gov.br/index.php/saberes-em-foco/article/view/114>.

UNICEF. Número de crianças migrantes em deslocamento pela América Latina e o Caribe atinge novo recorde. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/numero-de-criancas-migrantes-em-deslocamento-pela-america-latina-e-o-caribe-atinge-novo-recorde>.

Brasil de Fato. ‘Imigrantes ou não, vítimas de violência são sempre corpos pretos’, diz ativista senegalesa sobre morte de ambulante em SP. 2025.

Brasil de Fato. Ambulante é executada após PM matar senegalês no Brás em SP; trabalhadores dizem viver ‘panela de pressão’. 2025.

Migration Data Portal. Child and young migrants. 2024. Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org/themes/child-and-young-migrants>.